

PRÁ ESJUDAR
TER DE ME
DIVIDAR?

RUA
JÁ!

DEMISSÃO
JÁ!!!

FARTO
DO
CRATO

FE

ESCOLA Informação

Nº 257 fevereiro/março, 2013 . MENSAL . 0,50€

SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

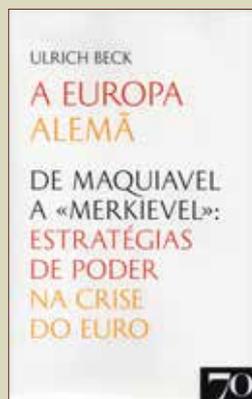


o governo da troika na Educação

Dossier

..LEITURAS..BLOGS..SITES..

LEITURAS



Beck, Ulrich
A Europa Alemã. De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de Poder na Crise do Euro
 Edições 70, Lisboa, 2013

Para o sociólogo alemão Ulrich Beck, a Europa atual está separada por três fossos: o fosso entre os países credores do Norte e os países devedores do Sul; o fosso que separa os países da zona euro e os que se situam fora dela; e o fosso entre representantes e representados, já que os segundos não subscreveram as políticas de austeridade dos governos que elegeram democraticamente.

O que está em causa não é apenas a implosão do euro, mas "o colapso dos valores europeus de abertura ao mundo, paz e tolerância", pelo que "quem considera a Europa igual ao euro já desistiu

da Europa" (p.37). Segundo Ulrich Beck, é necessário que as regras dominantes centradas num nacionalismo exclusivista de confronto sejam substituídas por uma lógica de partilha e solidariedade que estabeleça uma visão supranacional em que todos os países desfrutem dos mesmos direitos: "Sem os valores da liberdade e da democracia que são os seus, sem a sua origem e dignidade cultural a Europa não é nada" (p. 38).

A alternativa consiste num novo 'contrato social' em que a sociedade europeia é concebida como uma "sociedade pós-nacional de sociedades nacionais" e cujos termos se inspiram no contrato social de Rousseau: "Encontrar uma forma de união europeia que, com a sua força comunitária, proteja juridicamente todos os indivíduos em todas as sociedades nacionais e que, ao mesmo tempo, enriqueça e torne mais livres todos aqueles que se associam a indivíduos com línguas e culturas diferentes" (p. 93).

Ulrich Beck defende justamente que a alternativa a uma 'Europa alemã' apenas poderá ser uma 'Alemanha europeia', como defendeu o grande escritor Thomas Mann, em 1953. No entanto, o autor erra completamente quando pretende demonstrar eventuais afinidades entre Maquiavel e a chanceler alemã Merkel, apodada de 'Merkievel'. De facto, Maquiavel, como demonstrou Gramsci, é um pensador político revolucionário que no século XVI defende a hegemonia das forças laicas contra o predomínio do cosmopolitismo teocrático medieval. O sociólogo alemão limita-se a repetir as banalidades do senso comum tradicionalista sobre o autor do 'Príncipe', atribuindo a uma figura política sem grandeza uma dimensão que ela não tem. Que não se invoque, portanto, o nome de Maquiavel para caracterizar políticas mesquinhas que nada têm a ver com a inteligência, perspicácia e universalismo laico do fundador da ciência política.■

Joaquim Jorge Veiguiña

BLOGS



2711

<http://em2711.blogs.sapo.pt/>
 Blogue coletivo sobre a atualidade social e política.■



Entre as Brumas da Memória

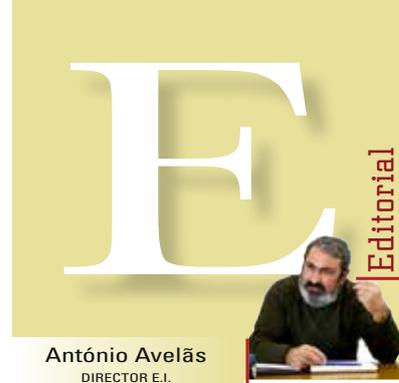
<http://entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt/>
 Blogue de Joana Lopes sobre a atualidade e das memórias sociais e políticas.■



Lista de redes sociais que estão referenciadas na Wikipédia

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_redes_sociais

No Facebook, além dos perfis individuais dos utilizadores, também existem inúmeros grupos de afinidades e páginas de marcas, serviços como por exemplo esta de uma aplicação **SmartSync para iPhone**, que atualiza automaticamente os seus contactos do Facebook para o seu telemóvel.■



NOTAS SOLTAS SOBRE AMEAÇAS VÁRIAS

O MEC E A JUSTIÇA

1. Desnorte, falta de pudor, prepotência ou incapacidade: chamem-lhe o que quiserem: a atitude do MEC (e, por concordância por omissão, de todo o governo) de continuar a recusar-se a pagar a todos os contratados o prémio por caducidade de contrato após 152 (!) condenações em tribunal é uma humilhação para a justiça portuguesa. É um claro sinal da crise dos valores democráticos. Tão claro como a “impossibilidade” de prender Isaltino apesar de esgotadas todas as artimanhas legais com que o autarca/ministro tentou impedir que a justiça funcionasse – e parece ter conseguido o seu “nobre” objetivo. E todos nós conhecemos casos semelhantes. A justiça submete-se aos poderosos. E o MEC funciona, face aos docentes contratados no desrespeito para com as decisões dos tribunais, no mesmo imoral registo.

2. Que é feito da decisão do MEC de anular as colocações de docentes fruto de irregularidades (em muitos casos deveria falar-se de nepotismo) nos concursos de oferta de escola? Quererá o MEC dizer aos diretores: façam o que quiserem, que nós fingimos que nos preocupamos?

A MERITOCRACIA

Ensinam-nos a troika e os comentadores do governo que para equilibrar as contas públicas há apenas um caminho: baixar salários e despedir funcionários. Acrescentam, contudo, que nesta solução há que ter em atenção que ela não pode afastar do serviço público “os melhores”. A esses devem ser pagos bons salários e privilégios. Claro que estes ilustres ignorantes não incluem nesta categoria dos “melhores” os professores, os educadores, os investigadores. A esses pode e deve-se – dizem do alto da sua idiotice – cortar salários, destruir progressões na carreira, despedir em massa. Afinal de contas – pensam mas só o dizem à boca fechada – podem sempre financiar com dinheiros públicos uns colégios privados para os seus meritocráticos filhos e primos...

OS NÚMEROS DA ESCOLA PÚBLICA

Os números são claríssimos: a escola pública conseguiu reduzir para níveis “residuais” o abandono escolar até ao 9º ano. E reduzi-lo substancialmente no secundário. Reconhece-o o estudo apresentado recentemente pelo ex-ministro David Justino com o título “Atlas do Abandono e do Insucesso Escolar em Portugal”. Aí se diz que entre 1991 e 2011 o abandono escolar até ao 9º ano desceu de 12,6% para 1,7%. E que no secundário desceu de 63,7% para 27,1% - número este mesmo assim longe dos padrões europeus. Só a criação de uma muito alargada rede pública de ensino, lançada após 1975, permitiu estes resultados. Nada disto aconteceu enquanto se esperou que os colégios privados, muitas vezes ligados à igreja, garantissem a escolaridade aos portugueses. Será ingénuo esperar que estes claríssimos números contribuam para a defesa da tão ameaçada escola pública? Não serão eles o argumento mais forte contra a projetada mercantilização e privatização do ensino?

A defesa da escola pública é uma das dimensões da defesa da democracia: esse regime que assenta na igualdade dos cidadãos perante a justiça, na transparência da administração, na subordinação dos interesses privados ao bem comum. Esse é o regime que está sendo posto em causa por este governo – esse é o regime que temos o dever de defender. ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs .Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires . Redacção: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha sobre foto de Paulo Machado Composição: Luísa Pereira . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Car-naxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 21 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

O governo da troika na Educação

17 Cidadania

Não estamos mortos!

19 Reportagem

Ser professor no Centro Educativo da Bela Vista

23 2 de março

24 Escola/Professorres

24. Lutas

25. Ensino Particular e Cooperativo e IPSS

26. Sistemas de ensino europeu – o desafio da igualdade de oportunidades

27. 11º Congresso da FENPROF

27. SPGL assinala Dia Internacional da Mulher

28. Professores e Educadores Aposentados

29. Jornadas Pedagógicas

25 Opinião

Frente Unida para salvar a Escola Pública

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Efeitos das faltas por doença

Tempos ainda mais difíceis para os professores: A duração da componente letiva é mesmo uma moeda de tro(i)ka

Rolando Silva

PÁGINA

14

VIVA A POLÍTICA!

■ Miguel André

Todos conhecemos e repetimos Aristóteles: “o homem é um animal político” (se esta tradução não for a mais correta, corrijam), isto é, sem a dimensão política ficamos amputados na nossa humanidade. Ser político é intervir de forma convicta e responsável na definição da sociedade em que queremos viver. A manifestação de 2 de março foi uma poderosa manifestação da necessidade de fazer política. Creio que essa foi a grande diferença entre o 2 de março e o 15 de setembro: a de março, ao que parece ainda mais participada que a anterior, teve de certeza uma maior clareza política: exigiu em vários tons a demissão do governo, denunciou a precariedade radical em que boa parte do país mergulhou, gritou que a miséria não pode ser projeto nem individual nem coletivo.

Trata-se de um fenómeno com futuro: um modo de o povo fazer política de forma direta e não apenas através de “representação” partidária. Os partidos políticos são necessários - correspondem a formas integradas de representação popular. Mas não são – parece - suficientes para traduzir os interesses populares.

O 2 de março não pode ser lido como sendo contra os partidos nem contra os sindicatos. Mas deixou claro que eles são insuficientes. Ou pelo menos estão a ser. A política, se a entendermos como a defesa dos interesses comuns, exige a junção dinâmica de todas as forças que atuem num mesmo sentido. O 2 de março exige que os partidos e os movimentos que apostam na rutura com a política de austeridade e de empobrecimento coletivo se entendam. Seria dramático que os interesses comuns fossem prejudicados por querelas menores, a maior parte das vezes sequelas de lutas privadas pelo poder. O 2 de março fez política. Espera-se que a lucidez dos políticos não permita que futuras ações deste género se transformem em ações políticas contra os políticos, porque isso seria dramático.

“O povo é quem mais ordena”. Saibam os políticos que dizem representá-lo e defendê-lo entender o grito que sobrou do 2 de março: unamo-nos no essencial, deixemos as querelas mais ou menos escolásticas para os momentos de descanso. ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº257 fevereiro/março 2013

O governo da Troika

Prometem-nos o Inferno e dizem que estamos no bom caminho

Depois de realizada a 7ª avaliação do programa de ajustamento o governo vem, pela voz do ministro das finanças, dizer-nos o que todos já adivinhávamos. Que o desemprego vai continuar a subir e que chegará perto dos 19% (percentagens fictícias porque não contabilizam nunca o não registado. Pressupõe-se que o valor real será sempre acima dos 20%). Que vão despedir trabalhadores da administração pública – cerca de 20 000 disse com grande displicência, que mais mil menos mil para esta personagem é coisa de somenos. Que metade destes despedimentos serão professores. Que vão avançar com mais despedimentos (em valor que não quis quantificar) sob a forma de “rescisões amigáveis”. Pelo meio prometeu continuar com os cortes nos salários e nos subsídios – pelo menos até 2015. E os números, esses, são sempre a derrapar. Enganaram-se no défice, enganaram-se na percentagem da dívida sobre o PIB, enganaram-se no valor da recessão. Tudo números apresentados há cerca de 3 meses como de grande rigor e agora dados como “enganos”. Sejamos claros – este governo diz “inverdades”; melhor, mente! Mente nos números como mente nos propósitos. O que quer é empobrecer uns para enriquecer outros. Empobrecer a maioria para enriquecer uns, muito poucos, que estão a lucrar com a desgraça da maioria do povo. Este governo tem de sair, se não com benzina, porque é uma verdadeira nódoa, com a luta dos trabalhadores que não baixarão os braços. ■

FMI utiliza dados não verdadeiros e inverdades para defender medidas que destruiriam o Estado

• Eugénio Rosa

| Economista |

O FMI, utilizando dados incorretos, defende medidas neoliberais que destruiriam as funções sociais do estado e lançariam o país numa recessão maior

A pedido do governo PSD/CDS (mais um exemplo do servilismo ao estrangeiro deste governo que despreza o saber científico nacional), o FMI elaborou um “estudo” com o título: *“Rethinking the State – Selected Expenditure reform options”*. O objetivo é claro como o próprio título o diz: *“repensar o Estado”*, ou seja, refundá-lo para utilizar as palavras de Passos Coelho. Para isso, é preciso começar por destruí-lo. Quem se dê ao trabalho de ler as suas 76 páginas em inglês (nem se deram ao trabalho de o traduzir em português) conclui que ele é mais um exemplo do neoliberalismo defendido pela escola de Chicago de Friedman, sendo o seu objetivo a destruição do Estado, ou seja, da Administração Pública e das funções sociais do Estado. O FMI, ignorando mais uma vez a Constituição da República Portuguesa (para estes “senhores” ela não existe), e sem a definição do que deve ser o Estado em Portugal, apresentou um “pacotão” de medidas que, aplicadas, destruiriam os sistemas públicos de saúde, educação, e segurança social e lançariam o país numa recessão económica ainda maior. E para fundamentar essas medidas de natureza ideológicas, o FMI não hesita em utilizar mesmo dados falsos e inverdades como iremos provar.

As medidas do FMI são ideológicas e estão em contradição com decla-

rações recentes do próprio fmi, destruiriam o estado, e causariam uma recessão económica ainda maior

A diretora do FMI, e o próprio representante do FMI na “troika”, em declarações públicas recentes afirmaram, por diversas vezes, que só austeridade não resolve nada, poderá criar mesmo uma situação “insustentável”. Contrariando essas posições públicas destes altos responsáveis do FMI, o FMI apresentou um “estudo” em que defende uma austeridade ainda mais violenta do que aquela que já está a ser imposta a Portugal (quadro 1), e nada diz sobre crescimento económico.

O quadro 1, com os principais dados do relatório do FMI, permite obter, de uma forma rápida e clara, uma ideia global da dimensão e consequências das medidas propostas pelo FMI. O corte na despesa pública com consequências dramáticas não só para os trabalhadores da Função Pública, pois determinaria dezenas de milhares de despedimentos, mas também para todos os portugueses, pois traduzir-se-ia em cortes brutais nos serviços de saúde e de educação prestados à população, e em reduções também muito grandes em todas as prestações sociais incluindo pensões, varia entre um mínimo de 10.611 milhões € e um máximo de 16.345 milhões € (total das medidas e cortes). Depois disto pouco restaria das funções sociais do Estado. É certo que o FMI não apresenta desta forma a questão. Para suavizar a “pastilha” afirma que são propostas alternativas, opções de cortes que o governo pode fazer. Mas o propósito é claro. É mostrar que não há limites para os cortes mesmos os

impostos pela Constituição da República Portuguesa, que é ignorada mais uma vez pelo FMI. Para além disso, o objetivo é mostrar que os cortes são possíveis (há muito por onde cortar segundo o FMI), e servirá sempre com um elemento de pressão e um objetivo a exigir a um governo submisso cuja única preocupação tem sido o de satisfazer as exigências estrangeiras. Toda a gente sabe que a sustentabilidade das funções sociais do Estado está muito dependente do crescimento económico, mas o FMI ignora isso que é elementar em qualquer estudo técnico credível.

Quanto mais elevado é o crescimento maiores serão as receitas do Estado e da Segurança Social, e menores serão as despesas desta com prestações sociais (subsídio de desemprego, RSI, etc.). Seria lógico que num estudo desta natureza essa questão fosse estudada pois ela tem naturalmente reflexos importantes na seleção de medidas. Mas mesmo isso foi “esquecido” pelo FMI. Por aqui também se vê a falta de credibilidade técnica do estudo do FMI e o condicionamento ideológico que o orienta. No fundo, ele é apenas um trabalho de “cola e corte” que podia ser feito por qualquer contabilista em Portugal desde que lhe fornecessem os dados, ou pelo próprio Vítor Gaspar com a sua folha de cálculo.

O FMI não só se “esqueceu” de analisar os efeitos sociais das medidas que propõe, que são dramáticos, mas também as consequências económicas destas mesmas medidas, que são brutais.

Utilizando o multiplicador recessivo elaborado pelo próprio FMI (*redução do défice orçamental em 1 => redu-*

ção PIB em 1,7), um corte no défice orçamental de apenas 4.000 milhões € (o valor inicial referido pelo governo) determinaria uma quebra no PIB que, segundo o próprio FMI, poderia atingir 4%.

Portanto, a recessão grave que o país já enfrenta, com a multiplicação de falências de empresas e o disparar do desemprego, a destruição do tecido económico e social, ainda se agravaria mais. Mas tudo isto é “esquecido”

pelo FMI, o que é esclarecedor.

O ataque do FMI à segurança social com dados que não são verdadeiros

Para justificar as medidas o FMI utiliza dados que não são verdadeiros e faz considerações que revelam grande ignorância sobre a realidade portuguesa, o que mostra a falta de credibilidade técnica do estudo. Vamos provar isso, analisando alguns desses

dados que são fundamentais no estudo.

O estudo contém um ataque violento ao sistema de segurança social português e à Administração Pública procurando assim justificar os cortes brutais que defende relativamente aos pensionistas e à Função Pública. E esses ataques baseiam-se em dados e afirmações que são falsas.

Na pág. 14 do documento do FMI pode-se ler textualmente o seguinte:

Quadro 1 Algumas medidas e cortes de despesa pública constantes do relatório do FMI de jan.2013

ÁREA	MEDIDAS	CORTE ANUAL NA DESPESA PÚBLICA Milhões euros	
		Mínimo	Máximo
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Trabalhadores	Redução permanente das remunerações base dos trabalhadores da Função Pública entre 3% e 7%	325	760
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Trab.	Redução das remunerações acessórias entre 20% e 30%	200	300
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Trabalhadores	Aumento do horário de trabalho da Função Pública de 35H para 40H por semana	150	150
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -Trab	Redução das horas extraordinárias, e aumento da duração das aulas para uma hora	150	150
SEGURANÇA SOCIAL E CGA - Pensões	Redução geral do valor de todas as pensões entre 10% e 20%	2.250	4.500
SEGURANÇA SOCIAL E CGA - Pensões	Subsídio de férias e subsídio de Natal só serem pagos aos pensionistas nos anos em que o PIB nominal ultrapassar 3%	1.000	1.000
SEGURANÇA SOCIAL E CGA - Pensões	Aumento da idade legal de reforma e de aposentação de 65 para 66 anos	400	600
SEGURANÇA SOCIAL E CGA - Pensões	Para igualizar as pensões dos aposentados da CGA à dos reformados da Segurança Social reduzir as pensões dos aposentados em 20%	600	600
SEGURANÇA SOCIAL E CGA - subsídio de desemprego	Reduzir a duração máxima do subsídio de desemprego para 10 meses, e a partir dessa data o desempregado poder receber apenas o subsídio social de desemprego cujo valor é muito mais baixo (320€ por mês)	300	600
EDUCAÇÃO - Professores	Redução do número de professores entre 50.000 a 60.000	1.316	1.580
EDUCAÇÃO – fixação de uma despesa máxima por aluno (uma espécie de cheque educação)	Fixar uma despesa máxima atribuída por cada aluno (o valor que o Ministério da Educação financia atualmente as escolas privadas em contratos de associação)	580	580
EDUCAÇÃO - professores	Estender a mobilidade de professores para os obrigar a trabalhar em escolas privadas com contratos de associação	430	710
ENSINO SUPERIOR - Propinas	Aumento das propinas aproximar do custo – não quantificado		
SAUDE - Taxas moderadoras	Aumentar as taxas moderadoras para 1/3 do custo do ato médico (consulta no hospital subiria de 20€ para 40€ e num centro de saúde a consulta aumentaria de 5€ para 13€. Em 2012, a receita das taxas moderadoras atingiu 160 milhões	200	200
SOMA		7.901	11.730

o sistema de segurança social “serve para reforçar a desigualdade entre ricos e pobres”, e em “Portugal as transferências sociais beneficiam mais os grupos de rendimentos elevados do que os de baixos rendimentos”, portanto para estes “senhores do FMI, a Segurança Social seria um instrumento de agravamento de desigualdades por isso haveria que destruí-la. Confrontemos estas justificações do FMI com dados recentes do INE e da Segurança Social, que estes “senhores” ignoram deliberadamente. Segundo o INE (“Rendimento e Condições de Vida em 2011” divulgado pelo INE em 13.7.2012), em 2011, a taxa de risco de pobreza em Portugal atingia 42,5% da população antes de qualquer transferência social; 25,4% após as transferências relativas a pensões; e 18% após as transferências sociais. Afirmar, como faz o FMI no seu estudo, que o sistema de segurança social em Portugal “serve para reforçar a desigualdade entre pobres e ricos”, quando ele baixa a taxa de risco de pobreza de 42,5% para 18% segundo o próprio INE, é dar uma prova de um desconhecimento total da realidade portuguesa. Mesmo tomando como base os dados divulgados na Conta da Segurança Social de 2011, relativos apenas às pensões conclui-se que 57,1% da despesa com pensões foi com pensões até 419€, e se incluímos as até 629 € aquela percentagem sobe para 94,6%. Afirmar como consta do quadro 5.2 (pág. 54) do estudo do FMI, que os 20% dos pensionistas mais ricos recebem 41,6% do valor das pensões é procurar manipular a opinião pública, pois na Segurança Social, segundo o Relatório de 2011, um terço dos pensionistas considerados ricos pelo FMI recebem pensões entre 419€ e 629€. Na CGA, em 2011, 30,6% dos aposentados recebiam pensões inferiores a 750€, e os que auferiam pensões inferiores a 1.500€ representavam 67,4% do total. Em 2011, na Segurança Social apenas 524 pensionistas recebiam pensões superiores a 5.594€, e na CGA somente 5.235 aposentados (1,2% do total) tinham pensões superiores a 4.000€. Finalmente, por ignorância ou com o objetivo deliberado de manipular a opinião pública, o FMI confunde um sistema de segurança social com um sistema de assistência social. Num sistema de segurança social, os pensionistas recebem uma pensão correspondente à remuneração com base na qual fizeram descontos e de acordo com os anos que descontaram, por isso o valor das pensões são ine-

vitavelmente diferentes, o que não acontece num sistema de assistência social com critérios diferentes. No entanto, o FMI pretende transformar, com os cortes brutais nas pensões que defende, o atual sistema de segurança social num sistema em que se recebe apenas a pensão mínima, pois para o FMI e para o governo pensões superiores ao limiar de pobreza são pensões de ricos.

O ataque do FMI aos trabalhadores da função pública, aos médicos e aos professores com dados sobre remunerações que não são verdadeiros

O FMI utiliza dados que não são verdadeiros sobre as remunerações dos trabalhadores da Função Pública e, nomeadamente, dos médicos e professores, para defender cortes significativos nas suas remunerações e mesmo despedimentos de dezenas de milhares de trabalhadores com o objetivo de reduzir a despesa pública o que, a acontecer, agravaria dramaticamente as condições de vida no país. Na pág. 20 do estudo, referindo-se a toda a Função Pública, diz que, apesar do esforço do governo para reduzir a despesa de pessoal, *Portugal é ainda um país com uma despesa média excessiva se se comparar com o PIB per-capita*, remetendo depois para o quadro 3.3. onde consta um gráfico com o rácio de vários países obtido dividindo a remuneração por trabalhador pelo PIB *per capita* em 2011. E aparece para Portugal, o valor de 2,25 que é, depois da Grécia, o valor mais elevado dos 15 países considerados. No entanto, o valor atribuído a Portugal é falso como vamos provar. Segundo o INE, o PIB de Portugal em 2011 foi de 171.039,8 milhões €. Dividindo este valor pelo número de habitantes (10,562 milhões), obtém-se um PIB *per capita* de 16.194 €. Segundo a Direção Geral da Administração e Emprego Público do Ministério das Finanças, o ganho médio dos trabalhadores da Função Pública em 2011 foi de 1.590 € por mês. Multiplicando-o por 14 obtém-se 22.260 €, e dividindo pelo PIB “per capita” do mesmo ano – 16194 € - obtém-se um rácio de 1,37 que é inferior em 39% ao rácio utilizado pelo FMI – 2,25 – o que coloca Portugal no grupo de países com o rácio mais baixo.

Mas não é apenas neste caso que os dados utilizados pelo FMI no seu estudo para justificar as suas propostas não são verdadeiros. No seu ataque aos médicos por considerar que ganham muito o FMI afirma no seu rela-

tório o seguinte: “O trabalho extraordinário representa 1/3 do salário dos médicos” (pág. 22). Confrontemos esta afirmação com os valores das remunerações e ganhos médios dos médicos divulgados pela DGAEP do Ministério das Finanças. Em 2012, a remuneração ilíquida base média dos médicos era de 2.939 € por mês, e o ganho médio, que inclui todas as outras remunerações acessórias, incluindo horas extraordinárias, subsídio de refeição, etc. foi de 3.803 €, ou seja, apenas mais 22,7% que a remuneração base e não os 33% que o FMI refere apenas a horas extraordinárias. No estudo do FMI consta também um gráfico (3.7 da pág. 32), com as remunerações dos médicos e dos enfermeiros de vários países em 2010. E para Portugal, para os médicos é apresentada uma remuneração anual de 90.000 dólares PPP colocando o nosso país entre os países com remunerações mais elevadas. Confrontemos este valor utilizado pelo FMI com os dados divulgados pelo Ministério das Finanças. Segundo a DGAEP, o ganho médio ilíquido de um médico em Portugal foi de 3.803€/mês, o que dá 53.243€/ano. Multiplicando este valor pelo coeficiente de transformação do euro em dólares PPP, para o valor poder ser comparado com os do quadro 3.7 do estudo do FMI, obtém-se para a remuneração anual do médico em Portugal 70.406 dólares PPP, portanto um valor muito inferior ao 90.000\$ PPP utilizados pelo FMI, o que coloca Portugal no último escalão do grupo intermédio, portanto uma situação muito diferente da utilizada pelo FMI para justificar os ataques aos médicos portugueses.

Em relação ao custo médio por aluno no setor público e no setor privado existe uma grande manipulação da opinião pública, em que o FMI também colabora, e que por isso interessa esclarecer. E essa manipulação tem utilizado dados de uma auditoria do Tribunal de Contas que os autores dessa manipulação revelam não ter lido com atenção. E os dados utilizados têm sido os seguintes: o custo médio por aluno numa escola privada financiada pelo Estado é de 4.522€, enquanto numa pública é de 4.921€, e concluem que vale a pena apostar no privado pois é mais barato. No entanto esquecem-se de analisar com maior profundidade os dados de custo por turma e por aluno constantes da pág. 47 do Relatório do Tribunal de Contas. E se o fizessem concluir-se-ia que ele tem por base turmas em média com 24 alunos, atingindo mes-

mo 25 alunos turma na região Norte. Enquanto isto sucede nas escolas privadas, nas escolas públicas a média é 22 alunos por turma. Podia-se reduzir imediatamente o custo médio por aluno nas escolas públicas aumentando o número de alunos por turma, mas isso envolve problemas pedagógicos e da qualidade do ensino que interessaria estudar e tomar decisões corretas.

Um outro ataque aos professores constante do estudo do FMI é o das remunerações dos professores serem excessivas quando se comparam com as pagas em outros países da U.E. Para isso utilizam-se dados da OCDE. No entanto, quando comparamos esses dados com os divulgados pela DGAEP do Ministério das Finanças sobre as remunerações dos professores em Portugal no ano 2012 constataram-se também grandes disparidades com as utilizadas pelo FMI. Segundo os dados utilizados no estudo do FMI, um professor no fim da carreira ganha em Portugal 40.956€ /ano líquidos. No entanto, segundo a DGAEP, o ganho médio líquido anual de um professor do ensino básico e secundário foi, em 2012, de apenas de 24.365€ (28.365 € se for considerado 14 meses), portanto uma remuneração inferior à utilizada pelo FMI no seu estudo para atacar os professores portugueses.

Em resumo, o estudo do FMI não tem qualquer credibilidade técnica como o governo e defensores pretendem fazer crer porque utiliza dados que não são verdadeiros; por outro lado, mostra que o FMI não compreende o papel fundamental do Estado em Portugal para a coesão social e para o desenvolvimento; e, finalmente, está condicionado por preconceitos ideológicos sobre o Estado como é claro em todo ele que analisaremos em outro estudo conjuntamente com a conceção de Estado de Vítor Gaspar e o falso dilema colocado por ele de “*menos funções sociais do Estado ou mais impostos*”.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt

Este e outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com

A Escola Pública sob ataque

Um relatório encomendado

• Francisco Santos

| Professor da EB 2,3 José Cardoso Pires |

Governar é escolher o destino de uma comunidade entre diversos caminhos existentes. Trata-se de uma escolha do domínio da política, independentemente do volume e qualidade da assessoria técnica que a suporta. Nas sociedades democráticas as decisões políticas não podem ser explicadas pela inspiração divina, ou pela intuição de líderes iluminados. É à luz dessa impossibilidade que devemos entender o recurso cada vez maior a estudos e pareceres técnicos, que servem para justificar as decisões políticas que determinam a sua encomenda.

O Relatório do FMI¹, em que assenta o discurso de *modernização e reforma* do estado produzido pelo governo PSD/CDS e pela sua *entourage*, pertence à categoria dos estudos encomendados para convencer os cidadãos de que a decisão política de diminuir o estado social é o único caminho possível para a salvação dos portugueses.

A diminuição drástica das funções sociais do estado, seja pela extinção de serviços, seja pela transferência da sua propriedade para a esfera privada, inclui a opção de destruir todos os pressupostos em que assenta a escola pública democrática e de qualidade para todos os cidadãos.

No ataque que este governo dirige à escola pública, o que está em causa é a destruição dos pilares da educação que foram construídos por sucessivas gerações de professores portugueses, entre os quais se devem destacar os que participaram nos grupos de estudos antes da revolução e, mais tarde, no longo caminho percorrido pelos sindicatos que fazem parte da FENPROF.

À importância de um ensino de proximidade e atento às necessidades

individuais de cada aluno, responde este governo com o aumento de alunos por turma e o gigantismo das *unidades de gestão* pedagogicamente ingovernáveis; à necessidade que os professores têm de tempo para planificação e avaliação individual e coletiva do trabalho letivo, responde Nuno Crato com o aumento do horário letivo dos professores e o respetivo aumento do número de turmas e alunos por professor; à necessidade de valorização profissional e científica dos professores, responde o governo PSD/CDS com o fim do financiamento à formação, a diminuição do tempo disponível para a formação contínua e o aumento dos custos na formação pós-graduada.

À necessidade de apoio aos alunos com dificuldades, responde o MEC com um menor crédito horário para as escolas; às dificuldades das escolas TEIP e situadas em zonas deprimidas, responde o ministro com uma proposta de premiar as que já têm melhores resultados, dando-lhes mais recursos que acentuam as diferenças; às dificuldades económicas sentidas pelas famílias, fruto da crise e do desemprego, responde o governo com o fim dos passes para os estudantes, a diminuição dos apoios da ASE e dos abonos de família.

É neste quadro de agravamento das condições de vida dos jovens e das famílias, acompanhado pelo agravamento das condições de trabalho nas escolas, que Nuno Crato é aplaudido por Santos Pereira e pelos patrões interessados no embaratecimento da mão de obra ao propor o regresso a um sistema dual de ensino. Sistema que reproduz e agrava as diferenças de classe, condenando os mais pobres a uma formação mínima e de qualidade inferior.

O rol de malfetorias contra a escola que está consagrada na CRP, e cujas balizas estão definidas na LBSE,

é longo e não é exclusivo do atual governo. Há vários anos que nos dizem que tudo será feito em nome da eficiência e da eficácia da alocação dos recursos disponíveis. Dizem-nos que tem que ser assim porque *somos* muito gastadores e devemos aprender com os povos virtuosos do centro e norte europeu, que não esbanjam os seus recursos como *nós* fizemos. Ainda por cima, dizem-nos que o que gastamos em educação não se traduz em melhorias no desempenho dos alunos. Mas será mesmo assim? Ou será que, para além do tal relatório encomendado, existem dados disponíveis e informação relevante produzida que permitam outras leituras e outras opções políticas?

O relatório *Education at a Glance: OECD Indicators 2012 – Country Notes PORTUGAL*ⁱⁱ e os relatórios *TIMMS* e *PIRLS*ⁱⁱⁱ, que curiosamente são omitidos no debate público existente, fazem leituras muito distintas da situação do ensino em Portugal. Quanto aos resultados obtidos o relatório *TIMMS 2011* explica-nos que Portugal atingiu o 15º lugar no desempenho em Matemática (entre 50 países), obtendo mais 32 pontos do que o valor médio e ficando à frente da Alemanha, da Austrália ou da Áustria, apenas para nomear alguns dos países mais desenvolvidos, com quem dizem que nos devemos comparar. Já no que respeita aos resultados em Literacia da Leitura, o relatório *PIRLS 2011* diz-nos que Portugal atingiu o 19º lugar entre 45 países, obtendo mais 41 pontos do que a média e ficando à frente de grandes exemplos de sistemas educativos

como os da Nova Zelândia, Austrália, Áustria, França ou Noruega. Em ambos os casos houve enormes progressos nos resultados alcançados, em comparação com os estudos anteriores disponíveis.

Mas é no relatório “*Education at a Glance: OECD Indicators 2012-Country Notes PORTUGAL*” que podemos encontrar a informação mais pertinente para desmontar o relatório do FMI, que pretende sustentar e justificar o monstruoso corte na Educação.

Logo na 1ª página lemos que, *apesar da expansão do sistema educativo em 2010 só metade dos adultos entre os 25-34 anos completou o ensino secundário*. Ficamos também a saber que em 2009 os gastos com a educação se ficaram pelos 5,9% do PIB. Além disso o relatório elucida-nos sobre os grandes progressos feitos ao longo dos últimos anos, afirmando que *Portugal está entre os países que mostram mais rápidos progressos na melhoria das qualificações básicas, mas mantém-se bastante atrás nos níveis de ensino secundário e superior...*

Ora, não é com uma diminuição dos recursos e o agravamento das condições de trabalho nas escolas que será possível manter tais progressos. Não esquecendo que continuamos ainda muito atrás na percentagem da população que conclui o ensino secundário e o ensino superior, como se constata no **quadro 1**.

Quanto aos custos com a educação o relatório da OCDE diz-nos que, *apesar dos gastos por estudante terem aumentado desde 2000 em todos os*

níveis de ensino, o custo por aluno ainda é menor em Portugal do que na média da OCDE em 2010.

Nos quadros comparativos verificamos que Portugal se encontra abaixo da média dos países da OCDE, tanto no valor médio do custo por aluno, como no valor acumulado do custo por aluno ao longo da escolaridade.

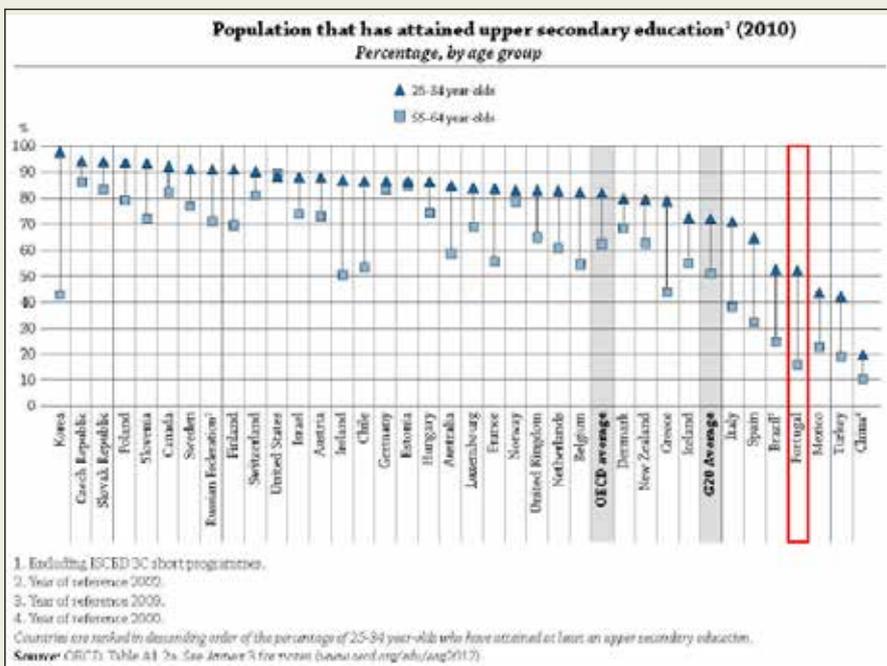
Os valores referem-se a 2007 e, como se observa no **quadro 2** - Custo por aluno, Portugal gasta menos por aluno do que a média da OCDE, do que a média da UE19 e do que os países ricos do euro – Alemanha, Áustria, Dinamarca, Finlândia e Holanda.

No **quadro 3**, que se reporta ao custo acumulado ao longo de toda a escolaridade, a tendência é igual e Portugal volta a apres entar os valores mais baixos.

Também no que respeita aos apoios sociais Portugal gasta menos por aluno do que todos os países de referência e substancialmente abaixo das médias da OCDE e da UE19, como se pode constatar no **quadro 4**.

O anúncio de mais cortes na educação, com a ameaça de retirar 800.000 de euros ainda em 2013, apenas servirá para agravar o atraso do país relativamente aos parceiros comunitários, desbaratando o esforço já realizado e reconhecido pela OCDE. Foi graças ao investimento feito na educação que Portugal conseguiu formar uma geração que hoje volta a emigrar, como tinham feito os seus avós, mas agora exportando conhecimento e qualidade que são imprescindíveis para a recuperação económica do país.

Lutar contra as receitas austeritárias e combater o olhar limitado da economia da educação^{iv}, impondo um olhar pedagógico e profissional é, pois, uma exigência cidadã e patriótica para derrotar as opções erradas e causadoras de graves danos para a comunidade nacional. ■



Quadro 1 - Ensino Secundário

Notas de rodapé:
ⁱ Rethinking the State: Selected Expenditure Reform Options - <http://static.publico.pt/docs/economia/RelatorioFMIPortugal.pdf>
ⁱⁱ *Education at a Glance: OECD Indicators 2012- Country Notes PORTUGAL* - <http://www.oecd.org/edu/CN%20-%20Portugal.pdf>
ⁱⁱⁱ TIMMS & PIRLS - <http://timss.bc.edu/>
^{iv} Os referenciais usados pelas abordagens de Nuno Crato, tal como os autores citados no relatório do FMI, pertencem exclusivamente à corrente dos estudos sobre a educação à luz da economia, desvalorizando todas as questões pedagógicas, organizacionais e sociológicas que são imprescindíveis para conhecer e agir sobre a escola.

Quadro 2 - Custo por aluno

Table B1.1a. Annual expenditure by educational institutions per student for all services (2007)
In equivalent USD converted using PPPs for GDP, by level of education, based on full-time equivalents

	Notes	Pre-primary education (for children 3 years and older)	Primary education	Secondary education			Post-secondary non-tertiary education	All tertiary education	All tertiary education excluding R&D activities	Primary to tertiary education
				Lower secondary education	Upper secondary education	All secondary education				
Portugal		5.006	5.011	6.497	7.243	6.833	m	10.398	7.428	6.677
OECD average		5.447	6.741	7.598	8.746	8.267	4.449	12.907	8.970	8.216
EU19 average		5.468	6.752	8.165	8.617	8.346	5.580	12.084	7.899	8.013
Austria		6.409	8.664	10.249	11.068	10.641	6.518	15.039	10.552	10.974
Denmark		5.594	9.176	8.998	10.342	9.675	x(4,9)	16.466	m	10.759
Finland		4.789	6.234	9.730	6.806	7.829	x(5)	13.566	8.178	8.440
Germany		6.119	5.548	6.851	9.557	7.841	8.600	13.823	8.534	8.270
Netherlands		6.130	6.552	9.902	10.616	10.248	10.881	15.969	10.421	9.883

2. Public institutions only (for Canada, in tertiary education only; for Italy, except in tertiary education).

Quadro 3 - Custo acumulado

Table B1.3a. Cumulative expenditure by educational institutions per student for all services over the theoretical duration of primary and secondary studies (2007)
In equivalent USD converted using PPPs for GDP, by level of education

	Notes	Average theoretical duration of primary and secondary studies (in years)				Cumulative expenditure per student over the theoretical duration of primary and secondary studies (in USD)				
		Primary education	Lower secondary education	Upper secondary education	Total primary and secondary education	Primary education	Lower secondary education	Upper secondary education	All secondary education	Total primary and secondary education
Portugal		6,0	3,0	3,0	12,0	30.068	19.492	21.730	41.222	71.289
OECD average		5,9	3,2	3,3	12,4	39.674	~	~	54.845	94.589
Austria		4,0	4,0	4,0	12,0	34.655	40.996	44.274	85.270	119.925
Denmark		6,0	4,0	3,0	13,0	55.055	35.991	31.025	67.015	122.070
Finland		6,0	3,0	3,0	12,0	37.404	29.191	20.418	49.609	87.013
Germany		4,0	6,0	3,0	13,0	22.193	41.103	28.670	69.774	91.966
Netherlands		6,0	2,0	3,0	11,0	39.313	19.803	31.848	51.651	90.964

Quadro 4 - Custo desagregado

Table B1.2. Annual expenditure per student by educational institutions on core services, ancillary services and R&D (2007)
In equivalent USD converted using PPPs for GDP, by level of education and type of service, based on full-time equivalents

	Notes	Primary, secondary and post-secondary non-tertiary education			Tertiary education				Primary to tertiary education		
		Educational core services	Ancillary services (transport, meals, housing provided by institutions)	Total	Educational core services	Ancillary services (transport, meals, housing provided by institutions)	R&D	Total	Educational core services	Ancillary services (transport, meals, housing provided by institutions) and R&D	Total
Portugal		5.766	132	5.898	7.428	x(4)	2.970	10.398	6.053	623	6.677
OECD average		6.675	455	572	8.587	478	888	12.907	6.633	1.059	216
EU19 average		6.698	452	618	7.609	309	912	12.084	6.714	1.127	8.013
Austria		9.519	439	9.959	10.439	114	487	15.039	9.703	1.271	10.974
Denmark		9.448	a	9.448	x(7)	a	x(7)	16.466	x(10)	x(10)	10.759
Finland		6.430	786	7.216	8.178	n	388	13.566	6.767	1.673	8.440
Germany		7.072	171	7.243	7.852	682	288	13.823	7.193	1.077	8.270
Netherlands		8.571	n	8.571	10.421	n	548	15.969	8.899	984	9.883

1. Some levels of education are included with others. Refer to "x" code in Table B1.1a for details.
3. Public institutions only (for Canada, in tertiary education only; for Italy, except in tertiary education).

Pensões

FMI, livro branco, políticas de direita

• **Maria do Carmo Tavares**

Ex. membro da CECO da CGTP; Especialista na área da Segurança Social

Desde o tempo em que Cavaco Silva foi 1º Ministro, com os vários governos ora do PSD, do PSD/CDS e do PS, que as pensões, nomeadamente, as de velhice, são alvo de acaloradas discussões e de propostas de mudança, algumas das quais já foram concretizadas, ferindo as legítimas expectativas dos trabalhadores que, entretanto, se foram reformando ou se estão para reformar.

Os opositores aos sistemas públicos de proteção social especulam argumentando, por um lado, que as mesmas não têm suporte financeiro no futuro e, por outro, que há pensionistas que não contribuíram o suficiente para as ter. Só se Passos Coelho está falar dos seus “amigos” que adquiriram pensões douradas em regimes privados de determinadas instituições ou excecionalidades para cargos políticos, apoiadas pelo seu Partido.

Porque as pensões dos trabalhadores, sejam do setor público ou privado, são calculadas tendo por base os anos contributivos e a retribuição declarada aos respetivos sistemas de proteção social. O objetivo, como já foi referido, desde Cavaco e Silva, é fazer uma mudança profunda nos regimes de pensões públicas, ou seja introduzir um sistema de capitali-

zação obrigatório e reduzir a parte de repartição. Por duas vezes, uma no governo do PS, outra no Governo do PSD/CDS, foi proposto introduzir um teto nas contribuições e pensões. Contudo a luta conduzida pela CGTP-IN derrotou tais intenções.

O Programa do atual governo tem inscrito, novamente, esta medida que, diga-se, daria muito jeito ao setor financeiro, neste momento, ter este nicho de mercado.

Agora vem o FMI a apresentar um Relatório que aponta para a descaracterização do sistema de pensões. Ao mesmo tempo encontra-se em discussão o Livro Branco “Uma agenda para pensões adequadas, sustentáveis e seguras”, da responsabilidade da neoliberal Comissão Europeia, que vai, certamente, produzir uma recomendação até ao verão deste ano, e todas estas matérias se conjugam.

O FMI argumenta que a proteção social favorece os mais ricos face aos mais pobres reproduzindo desigualdades. Que 33,8% da despesa se dirige aos 20% mais ricos, ou seja, que os salários mais elevados são os principais beneficiários das despesas com prestações sociais. Ignoram que há um sistema não contributivo que é financiado por impostos, instrumento essencial de redistribuição de rendimentos.

O sistema contributivo é financiado por contribuições dos tra-

balhadores com base na sua retribuição, e como é referido atrás, as pensões têm uma relação direta com a retribuição, assim como todas as prestações substitutivas dos rendimentos que são geridos em sistema de repartição e solidariedade intergeracional.

Outro dos argumentos refere que o sistema não protege os idosos da pobreza, outro ainda que há desigualdades entre os trabalhadores e pensionistas do setor público e privado e que o sistema é orientado para os mais ricos e não é verdadeiramente um seguro social.

O primeiro argumento é inacreditável. A pobreza entre os idosos está a ser agravada pelas medidas de austeridade e pela redução das prestações sociais, os avanços concretos que se deram entre 2003 e 2010 para a sua redução estão a ser desmantelados por este governo.

No segundo argumento, de facto a pensão média da Administração Pública é superior à do sector privado, onde existe um elevado número de pensões mínimas. Mas a comparação só se pode fazer se forem idênticos os salários e a duração da carreira contributiva. A maioria dos trabalhadores da Administração Pública (55,7%) têm ensino superior (saúde, ensino, justiça, forças armadas, etc.) enquanto o valor médio do país é de 18,6%.

Quanto aos trabalhadores com o



ensino básico 22,1% está na Administração Pública e a média nacional é de 61,5%.

Por outro lado, não existe sub-declaração de salários na Administração Pública e a duração da carreira contributiva é mais elevada do que no setor privado.

Desconhecer estes dados não é de todo sério, quando se fala de valor médio das pensões. E desde 1993 que há uma aproximação do cálculo das pensões entre os dois sistemas sociais. E desde 2005, essas regras ainda são mais próximas.

É um facto que as despesas com as pensões na Administração Pública aceleraram a partir da segunda metade dos anos 2000, derivado à instabilidade vivida na Administração Pública. Neste período, em particular pelas sucessivas mudanças no Estatuto de Aposentação, foram empurrados centenas e centenas de trabalhadores para a reforma. E o relatório do FMI, ao preconizar uma elevada redução de trabalhadores na Administração Pública, entre eles, professores, está a contribuir, claramente, para esse aumento de despesa, mas essa contabilidade não é apresentada. Entretanto, no Sistema de Segurança Social suspenderam, não se sabe até quando, as reformas antecipadas voluntárias.

As pensões desde 2010 estão

congeladas e algumas desde 2007 e viram o seu valor real diminuir de forma significativa, essencialmente, em resultado do aumento dos impostos e pela retirada dos 13º e 14º meses, e o aumento do custo dos bens e serviços essenciais. O fator de sustentabilidade para os trabalhadores que se reformaram a partir de 2008 está a reduzir o valor das pensões e, a prazo, se este fator continuar a subsistir, vai determinar uma forte quebra na taxa de substituição das pensões.

As três opções apontadas pelo FMI, no dito relatório, com o argumento da redução da despesa, abrangendo os atuais e futuros reformados, sendo a última a mais radical, são as seguintes:

A primeira é a redução de 15% nas pensões acima da mínima e pagamento dos 13º e 14º meses em função do crescimento económico;

A segunda é a redução dos períodos transitórios existentes nas alterações já realizadas; restrições nas condições de acesso com o aumento da idade da reforma para os 66 anos; a uniformização do cálculo e condições de acesso dos dois sistemas; a eliminação de todos os regimes especiais existentes na CGA; a alteração do regime das pensões mínimas.

A terceira preconiza a aplicação do Fator de Sustentabilidade,

de, entre 2000 e 2007 (retroatividade), com salvaguarda das pensões até 419,26€; a redução de 20% ao valor das pensões atribuídas pela CGA; imposição de um teto máximo para todas as pensões na quantia de 5030€.

Entretanto, o Livro Branco propõe o aumento da idade de reforma; a diminuição da relação entre o último salário e o valor da pensão (taxa de substituição); e o desenvolvimento de regimes complementares privados. E também estão muito preocupados

com a pobreza entre os idosos.

O que eles pretendem de facto é o empobrecimento de todos os reformados e pensionistas e a nossa obrigação é rechaçar estas políticas.

A sustentabilidade dos sistemas tem uma resposta: é desenvolver e criar emprego, logo riquezas para o País. ■

O sistema contributivo é financiado por contribuições dos trabalhadores com base na sua retribuição, e as pensões têm uma relação direta com a retribuição, assim como todas as prestações substitutivas dos rendimentos que são geridos em sistema de repartição e solidariedade intergeracional.

Tempos ainda mais difíceis para os professores

A duração da componente letiva é mesmo uma moeda da tro(i)ka

• **Rolando F. Silva**

| Direção do SPGL |

Será tão difícil encontrar um MEC com tão pouco peso político nos tempos vindouros, como quiçá não é fácil retroceder no tempo para encontrar uma nulidade política semelhante, no seio de qualquer governo luso (antes e depois do 25 de Abril de 1974: José Hermano Saraiva, nos idos 60? Eusébio Tamagnini, nos anos 30?) como é, hoje em dia, Nuno Crato, um “yes man” submetido em relação ao “diktat” do Ministro das Finanças...

Entretanto, os dados estatísticos dos últimos anos revelam um abaixamento percentual e real significativos na despesa total do Estado no setor da Educação (afinal, também um barómetro para aferir aquilo que vale um MEC para qualquer governo) que tocou, em baixa, os 4,0% do PIB no OE para 2013 (6,7 mil milhões de euros contra, por exemplo, os 7,3 mil milhões de 2008).

E não é porque o número de alunos matriculados no sistema tenha descido significativamente (menos cerca de 5 mil alunos no ensino não superior, ou seja,

cerca de 1 722 em 2011, contra 1 727 mil, em 2008).

Não, o que baixou significativamente, para pior, foi o número de professores do quadro (que eram cerca de 118 mil, em 2008, para passarem a cerca de 103 mil, em 2011), sem que isso se tenha refletido com principal incidência, quer no aumento da vinculação de contratados, quer no próprio aumento do número de contratados no sistema. E o “concurso” para vincular cerca de 600 contratados é uma anedota maior, no meio de tudo isto...

Esperemos pelas estatísticas oficiais de 2012/2013, para percebermos que teremos de tirar outra fatia. Principalmente em relação aos contratados, mais ou menos do mesmo valor da que ocorreu entre 2008 e 2011, à custa das “podas” no corrente ano letivo, em relação à diminuição do currículo dos alunos, ao aumento do número de alunos por turma e ao aumento do número de horas letivas dos docentes, que já passou de 22 para 24 horas (com exceção do pré-escolar e 1º CEB).

Em contrapartida, não obstante continuar a ser significativo o número de docentes do ensino não

superior que se têm aposentado (cerca de 3 500 em 2012, contra cerca de 5 000 mil em 2008), nos últimos quatro anos, o número de docentes inscritos nos centros de emprego subiu significativamente de cerca de 2 600 (2008), para cerca de 14 mil (2012), ou seja, 5,3 vezes mais.

Resumindo, a descida de 5 mil alunos do ensino não superior (num universo de 1,7 milhões) não tem grande significado mas, em contrapartida, o número de docentes está a baixar exponencialmente, o número de alunos por turma está a aumentar e o que está na calha, agora, é o novo “diktat” da troika, ou seja, baixar ainda mais 4 mil milhões de euros na despesa do OE, à custa – mais uma vez – das condições de trabalho na função pública, de cuja componente um quarto do número de empregados pertence ao setor da educação, que irá ser o principal afetado.

Como é que isto vai ser processado? Obviamente, à custa de outro abaixamento salarial dos vencimentos e pensões dos reformados do setor público e ao aumento da carga do horário de trabalho semanal de 35 para 40 horas, o



que significaria sobretudo um aumento da carga letiva dos docentes em mais 5 horas de trabalho semanal (27, ou 29, ou 30 horas letivas...)

Em dezembro de 2012 começou a decorrer o primeiro episódio desta nova “novela”: o “Diário Económico” anunciou que o governo estava a preparar o aumento do horário letivo dos docentes, na sequência do aumento do horário de trabalho dos trabalhadores da função pública das 35 para as 40 horas semanais. E entre as várias hipóteses do citado relatório, a duração da hora letiva passaria de 45 para 60 minutos (e pressupõe-se que a carga letiva de 90 passaria, assim, a 120 minutos).

Segundo a agência Lusa, o MEC – que estava em Berlim – não confirmou, nem desmentiu, embora tenha acrescentado que se tratava de “especulações”. Obviamente que os dirigentes dos sindicatos de professores, Mário Nogueira e João Dias da Silva, consideraram tais aumentos “inadmissíveis”. Mário Nogueira estimou mesmo um aumento do desemprego docente de 12 a 15 mil professores, no caso de o aumento corresponder a duas ou três horas letivas. Os sindicatos têm exigido, desde então, reunir com o MEC sobre esta matéria, o que ainda não se verificou, por

falta de disponibilidade do dito... Outra foi a postura da blogosfera: alguns, desde a manipulação de alguns dados entretanto divulgados pela OCDE (com critérios que ninguém percebe muito bem em que parâmetros se baseiam), anunciaram que o horário dos trabalhadores da função pública iria passar de 35 para 37,5 horas semanais, com um acrescento de 30 minutos por dia, para fazer uma aproximação aos valores médios da OCDE e aos trabalhadores do setor privado. Acrescentando mesmo que a existência de horários zero nos docentes não iria implicar um aumento da carga horária letiva semanal, mas sim o acabar com a redução da componente letiva por antiguidade dos docentes mais velhos...

O “catedrático” do (seu) umbigo preferia ter 22 horas de 60 minutos efetivos, do que 25 de 50, desde que se contabilizasse na carga letiva todo o trabalho efetivo com alunos e a direção de turma, exigindo um sistema transparente em relação a isto e não mexia nas reduções dos docentes mais antigos...

Em finais de fevereiro a imprensa voltou a referir que o governo continuava a estudar várias hipóteses em relação a esta situação: não aumentar a carga horária de 35 para 40 horas, mas acabar com

a redução da componente letiva dos professores na parte final da carreira ou aplicar o regime de mobilidade especial à profissão. Isto para vir ao encontro do relatório do FMI que acha que é possível reduzir o número de docentes e funcionários do ensino básico e secundário entre 50 a 60 mil, através do corte no investimento por aluno.

Embora o MEC não confirme estes números no âmbito da redução preconizada pelo governo, vai avançando com frases do tipo das pitonisas gregas: “a Educação é uma função social do Estado, mas não é exclusiva do Estado”, ou: é preciso tornar o Estado “mais ágil, mais competitivo” (será que o Estado português irá aos Jogos Olímpicos de 2016?)

O certo é que, à boa maneira das ditaduras, o MEC despreza mesmo a simples audição das estruturas sindicais e deixa cair fugas de informação para os “media” onde anuncia que a tutela está a preparar medidas no segredo dos deuses. Até quando?

PS – Este é o ponto da situação, nos inícios de março, quando a troica está a passar o fim de semana em Portugal. Vamos a ver o que sairá dos fundilhos destas sinistras criaturas! ■

Portugal caminha a passos largos para a elitização do ensino superior

• Miguel Reis

| Direção do SPGL |

O último relatório do FMI apontava, como uma das medidas necessárias para reduzir a despesa do Estado o aumento das propinas no ensino superior, encarando o valor atual pago pelos estudantes como relativamente baixo quando comparado com os restantes países. Esta constatação foi imediatamente refutada e contestada por reitores, estudantes e especialistas em educação, como sendo um dos muitos erros de palmatória presentes num relatório mal feito, tendencioso e ostensivamente mentiroso em inúmeros pontos.

Na verdade Portugal caminha a passos largos para a elitização do ensino superior quando a dinâmica devia ser a contrária já que Portugal possui menos de metade da taxa de licenciados da média dos países da OCDE (15% contra 31%).

Ainda de acordo com os dados do último relatório *Education at a Glance*, Portugal é dos países com as propinas mais elevadas da Europa (só ultrapassado pela Itália e Holanda), à frente de países como a Espanha, Suíça, Áustria e França, sendo que nos países nórdicos não existe lugar à cobrança de qualquer propina. O aumento abrupto das propinas (que em 10 anos passou de cerca de 360 euros para mais de mil euros por ano) é responsável pelo aumento substancial da despesa privada com o ensino superior (ou seja, a parte do custo do ensino que é sustentada pelo estudante e a sua família em comparação com o que o Estado garante), que aumentou quatro vezes nesta década, de 7,5% para 29,1%, de acordo com a OCDE.

Mas há dados ainda mais preocupantes e que revelam um esforço das famílias portuguesas muito acima do que refere a OCDE. Segundo um estudo recente realizado pela investigadora Luísa Cerdeira (“Quanto custa estudar no Ensino Superior Português?”), uma família, para manter um estudante no ensino superior público, gasta por ano

5841 euros (1241 euros em custos de educação – propinas e material escolar – e 4600 euros em custos de vida – alojamento, transportes, comunicações, alimentação). Ora, comparativamente, este valor é dos mais elevados do mundo. Os custos de educação (considerando aqui o ensino superior público e o ensino superior privado) ascendem a 22% do rendimento mediano português (na Alemanha é de apenas 4,2%), e se considerarmos os custos totais das famílias (custos de educação mais custos de vida) esse esforço supera os 60% do mesmo rendimento (na Alemanha é de 26,4%).

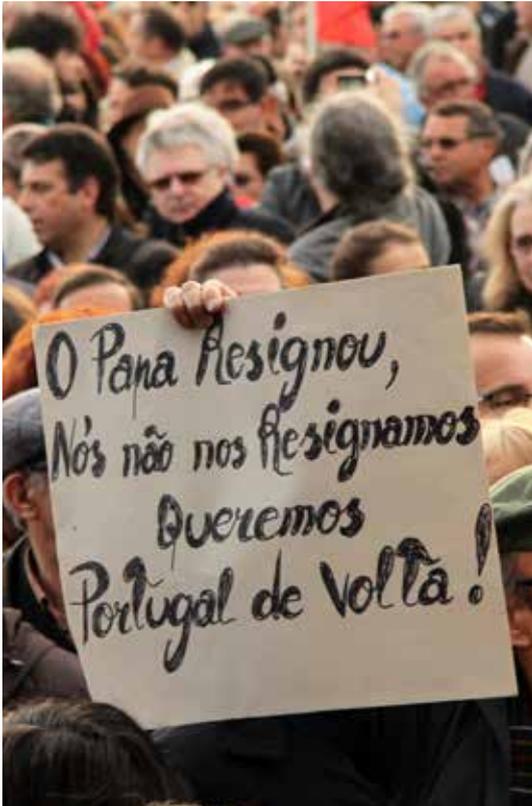
Outra das conclusões importantes do estudo de Luísa Cerdeira é que o Estado gastou 3601 euros por aluno em 2012/2013 (valor calculado dividindo o Orçamento de Estado para o ensino superior pelo número de estudantes), o que representa uma diminuição de 13,3% face a 2004/2005. Ora, tendo o contributo total das famílias ascendido a 5841 euros em 2011 (mais 10% do que em 2005), isto significa que o peso do contributo público face ao total de custos de uma família desceu de 44 para 38% neste período, enquanto o peso do esforço do agregado familiar subiu de 56 para 62%.

Para agravar a situação, segundo os dados da Direção Geral do Ensino Superior, o número de bolsas atribuídas desceu de 74.935 em 2009 para 53.105 em 2011, sendo que, de acordo com o estudo de Luísa Cerdeira, em média o valor das bolsas suporta menos de 30% do custo total de uma família com o seu estudante no ensino superior público.

Não admira por isso que o recurso aos empréstimos bancários tenha vindo a aumentar. No ano letivo 2011/2012, 4,9% dos alunos do ensino superior viram-se obrigados a recorrer a empréstimos bancários para poderem custear os seus estudos, quando no ano letivo 2004/2005, essa percentagem era de apenas 1,6%. Em média, cada estudante contraiu um empréstimo de 9.851 euros. Segundo a SPGM – sociedade de Investimento, SA, 12 mil estudantes já devem 200 milhões de

euros ao sistema bancário. Com custos cada vez mais incombíveis, muitos estudantes não têm alternativa se não abandonarem o ensino superior. No ano letivo de 2011/2012, mais de 7.000 estudantes cancelaram a sua matrícula por razões económicas.

A elitização do ensino superior caminha a passos largos, tendo começado a acentuar-se de maneira decisiva a partir do momento em que a propina passou do valor do salário mínimo (de 1996 a 2002, cerca de 360 euros) para cerca de 900 euros com a nova lei das propinas introduzida por Durão Barroso em 2003 (e que definia um valor mínimo de cerca de 460 euros e um máximo de 900 euros, sendo que em 2005 já praticamente todas as instituições aplicavam o valor máximo). Um estudo já antigo de Belmiro Cabrita (professor no Instituto de Educação da UL) mostra que, entre 1995 e 2005, a percentagem de alunos de rendimento baixo no ensino superior desceu um terço, especificamente de 12,5% para 8,5%. Quase todos esses alunos foram “substituídos” por estudantes que vêm de famílias de rendimento médio, com a percentagem destes a subir de 69,9% para 73,8%. A percentagem de alunos de rendimento alto e médio alto manteve-se essencialmente igual, passando de 17,6% para 17,7%. Belmiro Cabrito comparou estes números com os dados da população geral do censo de 2001, que dividiam o país em 9,9% de rendimento alto e médio alto, 52,1% de rendimento médio e 38% de rendimento baixo, mostrando assim como a universidade acelera o seu processo de elitização (38% da população tem rendimentos baixos mas na Universidade só estavam 8,5% de alunos oriundos de famílias com rendimentos baixos). Se considerarmos os últimos anos em que, com a crise e as medidas de austeridade, o rendimento das famílias desceu significativamente, percebemos que a realidade já é muito pior do que estes dados revelavam. Cada vez mais o ensino superior é para ricos e esse é o caminho escolhido pelo governo e pela troika. ■



Não estamos mortos!

Joaquim Jorge Veiguinha

Em agosto de 2011, o jornalista alemão Holger Gertz escrevia numa grande reportagem o seguinte: “Pode fazer-se manifestações contra a guerra, contra a energia nuclear, e pode muito bem fazer-se manifestações também contra as estações de caminhos de ferro ou pistas de aterragem, planeadas com uma comovente transparência (...) Mas contra a crise financeira? O que hão de as pessoas escrever nos cartazes? Crise, vai-te lixar?”¹

Estas considerações perspicazes expressam, de certo modo, a ambiguidade que caracteriza as grandes manifestações de 15 de setembro e de 2 de março: por um lado, estas demonstram que um número cada vez maior de cidadãos não estão resignados com uma política de austeridade que conduz a taxas de desemprego de

17,6% em janeiro deste ano, à proliferação dos contratos cada vez mais precários e de salários cada vez mais baixos – mais de 155 mil pessoas recebem até 310 euros por mês, valor inferior ao salário mínimo nacional –, ao aumento brutal da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e dos aposentados, à degradação acelerada dos grandes serviços públicos da educação e da saúde pelos quais têm que pagar cada vez mais – caso das taxas moderadoras e das propinas do ensino universitário público, as segundas mais caras da Europa – e a uma nova lei de arrendamento urbano que ameaça de despejo milhares de inquilinos idosos que com as suas parcas reformas não podem pagar as novas rendas que, em muitos casos, registam aumentos de 500%; por outro lado, o epíteto que lhes serviu de convocatória, “Que se lixe a ‘troika’”, revela que a indignação por si só não se converte em alternativa política, por mais que alguns dos organizadores de um protesto que tende a estruturar-se

cada vez mais e a tornar-se cada vez menos inorgânico – as chamadas ‘marés’ da ‘educação’, da ‘saúde’, ‘feminista’, ‘arco íris’, grisalha (aposentados) expressam uma convergência das diferenças num projeto comum de contestação à ordem política existente – considerem que têm como objetivo explícito o derrube de um Governo que está a destruir o país. Quanto muito, como disse justamente uma ativista do movimento “Que se lixe a ‘troika’”, o seu objetivo é “fragilizar o Governo” (*Público*, 2.03.13), isto é, contribuir para gerar as condições sociais para a criação de uma alternativa política a este ‘caminho para parte nenhuma’.

Mais importante que discutir se a manifestação de 2 de março foi maior ou menor do que a de 15 de setembro é refletir sobre as suas causas. A primeira relaciona-se com a crise da representação política, ou seja, dos sistemas políticos liberais democráticos centrados no mandato representativo. De facto, um número

cada vez maior de cidadãos reconhece cada vez menos um governo eleito que faz o contrário do que prometeu, que diz amanhã o contrário do que diz hoje, que comete um erro de 100% nas previsões sobre a queda do produto, que não revela nenhuma sensibilidade social, que deixou o desemprego jovem ultrapassar a barreira dos 30% e, como ‘alternativa’, recomenda aos jovens que “abandonem a sua zona de conforto” e emigrem, em suma, um Governo que já nem sequer representa muitos dos que lhe deram o seu voto, mas acaba por converter-se num mero agente de oligarquias financeiras que, através da brutal carga fiscal sobre os rendimentos dos assalariados num sistema tributário cada vez mais regressivo, se apropriam do excedente social para fins improdutos e que, por outro lado, promove os que através do prolongamento da jornada de trabalho e da quebra generalizada dos salários nominais contribuem para o empobrecimento generalizado da população trabalhadora e para um processo de acumulação de capital que nada tem a ver com o tão propagado aumento da produtividade, mas remonta aos tempos da 1ª Revolução Industrial nos finais do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

Outra causa da formação destes novos movimentos sociais é a crise do sindicalismo. Por mais que alguns tentem ‘tapar o sol com a peneira’, não se pode desmentir a brutal queda da taxa de sindicalização nos países desenvolvidos que, em meados dos anos 70, se aproximava dos 50%, mas em 2000 não chegava aos 30%, atingindo na Europa os 40% com uma tendência clara para se reduzir ainda mais². A este fenómeno não é estranho a redução do operariado na população ativa entre 1991 e 2010 – por exemplo, entre um máximo de 41,1% na Grã-Bretanha, a pátria da 1ª Revolução Industrial e do nascimento do movimento operário organizado, um mínimo de 9,1% na Espanha e um valor ‘intermédio’ de 28,7% e 28,6% nos EUA e na França, respetivamente³ -, a quebra da indústria na formação do PIB, em consequência do fenómeno das deslocalizações e da ascensão dos chamados ‘países emergentes’, de que se destaca a China, o aumento cada vez maior dos contratos atípicos, precários em detrimento dos contratos a tempo indeterminado que se tornam cada vez mais uma exceção

em todos os setores de atividade. Esta conjugação de circunstâncias retirou aos sindicatos a hegemonia que, nos anos 70 do século passado, detinham relativamente à representação dos trabalhadores, pois a constituição de uma sociedade cada vez mais centrada nos serviços – na Grã-Bretanha, fenómeno extremo, os trabalhadores do terciário constituem atualmente 80% da força de trabalho⁴ - e a fragmentação do coletivo de trabalho gerou novas formas de representação que procuram outras referências que passam menos pelos dirigentes sindicais tradicionais habituados a lidar com uma força de trabalho menos heterogénea e com uma população laboral menos flutuante e mais previsível nos seus comportamentos. Mas isto significa que, ao contrário do que dizem alguns dirigentes sindicais, são cada vez mais os sindicatos que devem chegar junto dos trabalhadores e não os trabalhadores a “aproximarem-se dos sindicatos” (DN, 31.01. 13). Já acabou a época em que o dirigente sindical era uma referência tuteladora de um trabalhador que, de certo modo, o ‘reverenciava’ como representante exclusivo dos seus interesses.

Em Portugal, todos estes fenómenos se difundiram de forma ainda mais agressiva. Basta pensar que o peso da indústria no PIB caiu de 40% na década de 80 para 23% na atualidade, quebra que está de certo modo subvalorizada se tirarmos deste cômputo a construção civil e obras públicas que representam mais de 60% do investimento nacional no setor secundário. A diminuição brutal do peso das grandes indústrias que constituíam a ‘cintura industrial de Lisboa’ – siderurgia, construção naval, metalomecânica pesada – foi acompanhada por uma ‘terciarização’ da economia, o que teve como principal consequência uma alteração nas formas de representação sindical que têm agora nos trabalhadores dos serviços e, em particular, na função pública e nos professores, um dos poucos setores profissionais que, em Portugal, conseguiu conter até agora a hemorragia das dessindicalizações, os seus principais suportes. As greves e as formas tradicionais de mobilização sindical já não são por si só suficientes para criar uma alternativa: os Governos já não caem por efeito de uma greve geral, como aconteceu com o Governo conservador de Edward Heath

nos anos 70 do século passado, pois, na década seguinte, o movimento operário britânico entrou num processo de declínio até agora irreversível após a estrondosa derrota da greve dos mineiros perante o Governo da senhora Thatcher. Por estas razões, é estrategicamente suicidário afirmar explicitamente que o objetivo do autoproclamado movimento sindical ‘unitário’ é derrubar o Governo. Pelo contrário, esta estratégia, para além de dividir um movimento sindical que, em Portugal, não é constituído apenas por uma só central, reduz ao menor múltiplo comum a convergência dos diversos setores do trabalho assalariado, abstraindo-se das suas diferenças reivindicativas específicas e impondo-lhe um calendário uniforme e uma cartilha de manifestações e ações ritualizadas que não têm revelado grande eficácia. Eis a razão pela qual aqueles que contestavam a ‘inorganicidade’ dos movimentos sociais que estiveram por detrás do 15 de setembro se juntaram agora, numa viragem de 180° que deixa, pelo menos, no ar a interrogação se vão continuar a fazer a seguir aquilo que sempre julgavam fazer antes, ou seja, a maior ou uma das maiores manifestações de todos os tempos. Pelo contrário, a manifestação de 2 de março demonstrou que não nos resignámos e que, por conseguinte, não estamos mortos. Compete ao movimento e aos dirigentes sindicais encontrarem os necessários estímulos nestes extraordinários eventos para melhorarem a sua criatividade combativa e fazerem parte de uma grande maré transbordante que possa contribuir para promover a construção de uma alternativa política credível a este Governo de descalabro nacional. ■

Notas:

1 - Cit. por Beck, Ulrich – *A Europa Alemã. De Maquiavel a “Merkievel”*: Estratégias de Poder na Crise do Euro, Edições 70, Lisboa, 2013, p. 23.

2 - Fonte: Robert, Reich – *Supercapitalism*, Icon Books, Londres, 2007, pp. 81-82.

3 - “Coment sauver l’industrie”, *Alternatives Économiques*, Hors-Série, nº93, 3º trimestre 2012, p.8.

4 - Fonte: Smith, Andrew – *On shopworking*, *New Left Review*, Londres, Novembro /Dezembro, 2012, p.99.



Ser professor no Centro Educativo da Bela Vista

“Mais uma componente de serviço público, que a escola presta à comunidade”

O agrupamento de escolas Gil Vicente começou a trabalhar com o Centro Educativo da Bela Vista no ano letivo de 2009/2010. Três anos de uma experiência que João Cortes, diretor do agrupamento, avalia de forma positiva. Valorizando o trabalho desenvolvido como “mais uma componente de serviço público, que a escola presta à comunidade”.

Ligia Calapez
Jornalista

O que compete à escola – num enquadramento legal que envolve os ministérios da Educação e da Justiça (*despacho conjunto 23038 de 2009*) – é assegurar a colocação e formação do pessoal docente para lecionar a formação específica (cursos EFA adaptados) que vigora no Centro.

De par da colocação e formação de docentes, a escola disponibiliza ainda material técnico-pedagógico ou didático-pedagógico à equipa docente e encarrega-se da sua avaliação.

A seleção de professores para o Centro implica necessariamente o seu **direito de opção**, sublinha João Cortes. “Sempre entendi isto como opção. Mesmo que, no futuro, tenha que dizer a alguns professores - *para continuar a garantir-vos serviço docente nesta instituição, só tenho essa alternativa. Mas a última palavra é vossa. Se quiserem, muito bem. Se não quiserem, podemos conversar as vezes que for necessário. Não vos vou impor.* Temos que dar o direito de opção às pessoas. Experimentou. Não gostou? No ano seguinte não vai. Porque este trabalho tem especificidades muito próprias”. E o

professor, tendo feito esta opção, terá nomeadamente que cumprir o regulamento interno da instituição.

Tais **especificidades** passam, antes do mais, pela situação em que se encontram os alunos – são jovens e crianças (entre os 10 e os 18 anos) sujeitos a uma medida tutelar. Pela gestão e desenvolvimento de um currículo em que se parte de uma oferta formativa (cursos de Educação e Formação de Adultos) direcionada para outras faixas etárias: “Os professores, na sua autonomia, conseguem fazer uma gestão dos currículos de modo a ir buscar temas, assuntos, que tenham mais diretamente a ver com os jovens, temas de maior interesse para os alunos”. E, ainda, pela necessidade de adaptação ao regulamento das instituições: “Estamos num espaço que não é nosso. Que não tem as nossas regras. Que tem outras características diferentes”.

Em jeito de **balanço**, João Cortes considera o trabalho da escola com o Centro da Bela Vista como um desafio e “mais uma vertente do nosso serviço, do serviço que a escola presta à comunidade”.

“Temos que nos lembrar que, independentemente da situação jurídico-legal daqueles jovens, o Estado tem o dever de lhes dar educação. E, numa perspetiva da escola, é importante que seja a escola pública a dar-lhes educação. Não vejo de outra maneira”, sublinha.

“Penso que é uma componente do próprio serviço público que nós estamos a prestar. Como outras escolas o prestam a outras instituições como, por exemplo, hospitais. E esta é uma daquelas funções que não devem ser privatizadas... Porque aqui há uma componente de serviço. E tem que ser mesmo entendido como um serviço que se presta. E, de maneira nenhuma, como um negócio”.

Interpretando os sentimentos dos professores envolvidos no trabalho no Centro, o diretor do Gil Vicente conclui: “penso que globalmente é sentido como um serviço e é um trabalho de que gostam e que também os dignifica”.

Um balanço que a entrevista coletiva, que aqui publicamos, amplamente confirma. ■

Centros educativos

De acordo com a Lei Tutelar Educativa, os centros educativos são estabelecimentos orgânica e hierarquicamente dependentes dos serviços de reinserção social e destinam-se, exclusivamente, à execução da medida tutelar de internamento, à execução da medida cautelar de guarda em centro educativo, ao internamento para realização de perícia sobre a personalidade quando incumba aos serviços de reinserção social, ao cumprimento da detenção e ao internamento em fins de semana. O seu regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior é condicionado pela respetiva classificação - aberto, semiaberto ou fechado - de acordo com o regime de execução das medidas de internamento.

Portaria n.º 1200-/812000 (1) de 20 de dezembro

Não queria um país com crianças nestas condições. Queria ser professora deles lá fora

“Todos os dias nos surpreendemos. Todos os dias podem ser um dia diferente”. São palavras de Adelaide Rodrigues, uma das professoras do agrupamento Gil Vicente a trabalhar no Centro Educativo da Bela Vista. Mas que traduzem um sentimento igualmente partilhado por Carla Teles e Palmira Amor. Na entrevista coletiva sobre o trabalho desenvolvido por estas professoras no Centro ressaltou o seu enorme envolvimento, o gosto e a gratificação sentidas, mas também, naturalmente, as dificuldades e limitações. A aposta, partilhada por todas, passa pela motivação e um ensino de proximidade

Ser professor num Centro Educativo não é o mesmo que numa escola. Porquê esta opção? Como é sentida e avaliada esta outra forma de ser professor? Foi com esta questão que se iniciou o diálogo – muitas vezes carregado de emoção e que se iria desdobrar por múltiplos outros temas – com Carla Teles, professora do 1º ciclo e a trabalhar no Centro como professora de apoio, Adelaide Rodrigues, professora de Português, e Palmira Amor, professora de Geografia. Para Carla Teles, tudo foi, simultaneamente, mais simples e mais complicado. Simples porque veio para o Centro Educativo porque é professora contratada.

Complicado porque foi uma experiência de início, difícil. “Disseram-me – *vai para um colégio de reinserção social*. Não me explicaram bem o que era. Cheguei aqui, tive uma conversa com a diretora de então e ela referiu que não era uma escola normal, que tínhamos que seguir muitas regras, que tínhamos que ter muitos cuidados. O facto de termos de pedir licença para nos abrirem as portas, para sairmos, para entrarmos, é complicado”. Entretanto, já é o terceiro ano de trabalho no Centro e a avaliação é positiva. “É uma experiência de que estou a gostar”.

No caso de Adelaide Rodrigues, ser professora no Centro foi uma opção. “A minha escola, a secundária Afonso Domingues, fechou. E eu escolhi o Gil Vicente porque sabia que era uma escola que tinha uma série de valências. Uma escola muito interessante, muito democrática. E sabia que também tinha o Centro Educativo. Há muitos anos atrás, trabalhei na Direção Geral de Extensão Educativa e organizávamos formação para os professores dos centros educativos e das prisões. Estes professores falavam de uma forma muito gratificante do ensino nos centros. Vim para aqui e cá estou – é o segundo ano. E gosto muito, é muito gratificante”.

Palmira Amor está no Gil Vicente há 21 anos, onde já passou por muitas experiências. “Destes 21 anos, estive 12 à noite, com o recorrente e com os complementares. Tivemos centro de novas oportunidades – e eu estive como profissional do processo de reconhecimento, certificação de competências, no 3º ciclo. Também dei a adultos este nível de ensino praticado aqui no Centro – educação e formação de adultos (EFA)”. Veio para o Centro por opção. “Eu gosto de experiências novas. Gosto disto”.

A necessária adaptação E o ensino de proximidade

“Nós nunca nos tínhamos apercebido de que havia alunos, com 13, 14 e até 16 anos, sem saber ler nem escrever”, diz Adelaide Rodrigues. Alunos a quem, nas palavras de Carla Teles, “a escola não dizia nada”.

É a partir desta base, lidando com uma sensível falta de recursos e adaptando, às crianças e jovens, programas direcionados para adultos, como é o caso dos cursos EFA, que a tarefa de ensinar/aprender vai progredindo. Não há livros, não há manuais, todo o trabalho é do professor. Como é feita esta adaptação? “Muito trabalho de casa” – é a resposta de Carla Teles. “Cada aluno tem a sua dificuldade específica. Temos que ver se é melhor aplicar um método ou outro, nomeadamente na leitura. De forma a que a aprendizagem, para eles, não seja algo negativo. Porque, lá fora, para muitos, era algo negativo. Então temos que tentar tornar as atividades o mais enriquecedoras possível. E dinâmicas. Para que não percam o interesse”.

Por outro lado, sublinha Adelaide Rodrigues, “não são os programas que tornam o ensino gratificante. É mais a relação que se estabelece, a forma como se aprende. Assim – eu faço um ensino de proximidade”. Algo que não está definido. “Não está sistematizado. Mas é uma forma de ensino que fazemos na prática. Ajudando um aluno de uma maneira, outro aluno de outra. É um ensino à medida”. Que exige, naturalmente, um menor número de alunos na sala de aula. Ao arrepio do que está atualmente a ser imposto na escola pública. “Numa aula com 30 alunos, não é possível fazer isso. Nós aqui conseguimos estabelecer uma relação personali-



Palmira Amor



Carla Teles



Adelaide Rodrigues

zada. É a única forma de dar resultado”. “No princípio houve uma certa rejeição por parte dos alunos. Mas acabam por descobrir que gostam de aprender. Agora já estamos na parte final – alguns alunos até já acabaram o 9º ano. E é nessa parte final que eles mais verbalizam essa ideia – *Até gosto de aprender isto. Oh, professora, lá fora nunca tinha sido bom aluno e agora até aprendo isto com tanta facilidade!*”

Motivação – questão Central

Para Palmira Amor, trabalhar com os jovens do Centro, como professora de Cidadania e Empregabilidade, não tem sido difícil. O mais difícil é a motivação.

“Temos que arranjar estratégias. É essencial”, sublinha.

Antes do mais porque o programa, tal como está, destina-se a adultos. E a ideia base é explorar “a experiência que esse adulto adquiriu ao longo da vida”. Assim, o ideal seria “explorar aquilo que os alunos já tinham adquirido, fazê-los pensar”.

Mas aqui, no Centro, lida-se com crianças e jovens e, naturalmente, a sua experiência ainda é pouca. Pelo que se impõe arranjar estratégias para transmitir, desde logo, alguns conhecimentos.

“Tenho tentado através de uma forma lúdica”, diz Palmira Amor. “Com alguns

jogos, palavras cruzadas. E, assim, eles aderem com alguma facilidade. Doutra maneira, é a desmotivação”.

Há momentos e temas em que a motivação é mais fácil. Foi o caso do módulo D – Ambiente.

“Uma vez trouxe uma ficha sobre a camada de ozono. E verifiquei que eles não sabiam nada. Falámos do buraco de ozono, das causas – e eles, no final da aula, praticamente todos, estavam motivados, estavam interessados. E depois fizeram um trabalho – um desenho. Quiseram ilustrar o que tinham aprendido. Gostam muito de desenhar, pintar. E têm alguma criatividade. Eu sinto isso.”

Alimentar a motivação dos alunos passa, assim, pela criação de materiais adaptados, pelo recurso ao lúdico e “detetando eventuais interesses deles, à medida que as coisas vão surgindo”. Ao fim de algumas atividades mais lúdicas. Eles acabam por escrever (a parte da escrita é o maior problema). Por exemplo – sínteses daquilo que aprenderam”

“Todos os dias estamos a aprender. E aprendemos também com eles”, conclui Palmira Amor.

Abriu portas - a Importância de sair

“Aqui, as visitas que organizamos são uma coisa muito importante, porque lhes abrem novos horizontes”, diz Carla

Teles. “As visitas de estudo são importantes, quer pela oportunidade de saírem quer pelo que trazem dessas visitas. Muitas vezes eles dizem que a visita foi magnífica, que adoraram, que nunca tinham visto nada daquilo, nem sequer sonhavam que era assim”.

O tema de vida – tema central que passa todas as áreas, devendo refletir os interesses dos alunos, e que surge como o projeto curricular de turma – gera também oportunidades de sair, de contactar com o exterior.

Carla Teles refere alguns casos concretos. “Estamos neste momento a trabalhar a reciclagem, a reutilização de materiais. É também uma forma de eles terem mais consciência da necessidade de preservar o meio ambiente. E esses trabalhos têm frequentemente a ver com a parte plástica, com a parte artística. Trabalhamos muitas vezes também em colaboração com o Museu Nacional de Arte Antiga. Eles vão lá. Fazem visitas. Depois fazemos trabalhos. O ano passado, uma das atividades integradoras – ou seja, uma das atividades centrais – era sobre *o cavaleiro da dinamarca*. Fizemos um painel, que está exposto, que foi a obra final. Mas houve um trabalho anterior. Fizemos uma banda desenhada, por exemplo. Houve um encadeamento de atividades relacionadas com esta obra. Fomos ao museu de Arte Antiga, porque havia uma exposição relacionada com *o cavaleiro da dinamarca*. Eles acharam muito inte-

ressante. Queriam lá ficar o dia todo”. Outra forma de “abrir portas”, ainda que por vezes confinando-se ao Centro, é através de atividades mais livres, como é o caso das desenvolvidas por iniciativa e em coordenação com o Chapatô. “Momentos mais livres, em que eles podem ser eles próprios”, e que englobam atividades como capoeira, rap, artes plásticas, dança-circo. Ou a elaboração de um jornal “O Pensador”, em articulação com as aulas de Português e o muito apreciado “contador de histórias”.

Esses “momentos mais livres” potenciam ainda outras saídas particularmente interessantes. Como é o caso de um exemplo - entre outros - referido por Adelaide Rodrigues: “O ano passado organizei algumas idas de alunos do atelier de capoeira a outras escolas. No Gil Vicente, o grupo de capoeira, juntamente com o seu mestre, foi fazer um workshop para uma turma de alunos de teatro. Estes jovens a ensinarem os outros alunos! Foi emocionante.”

A casa dos livros

“A casa dos livros é uma casinha de boas vontades”, sublinha Adelaide Rodrigues. Uma pequena divisão com algumas estantes, onde esta professora criou a biblioteca para os jovens do Centro. Com resultados que talvez nem tenha imaginado. “Para um professor de Português, chegar aqui e ter jovens a ler ou a manusear livros, é extremamente gratificante. Eles vão à biblioteca, abrem, leem, tocam nos livros, querem lá estar algum tempo. Isso é muito importante. Para quem, se calhar, nunca tocou num livro. Ou só nos livros da escola”.

“Quando aqui cheguei, não havia biblioteca”, relata Adelaide Rodrigues. “Então descobri que o Plano Nacional de Leitura tinha dado uma verba, para o centro Educativo, para comprar um conjunto de livros. Contactei a professora que organizava aqui o ensino, porque tinha sido ela que tinha pedido esses livros ao Plano Nacional de Leitura. Fomos falar com a bibliotecária do Gil Vicente, uma vez que os professores aqui pertencem ao agrupamento, e esse dinheiro tinha vindo para o agrupamento. Comprámos um conjunto de livros para o Centro, que correspondem, de algum modo, às necessidades dos miúdos. A partir desse embrião, começámos a juntar os livros que estavam por aí dispersos. Os técnicos daqui tam-

bém começaram a dar livros. Tal como professores e amigos meus. É uma casinha de boas vontades”.

Os jovens participam ativamente. “Ajudam a arrumar os livros, fizeram as etiquetas. Estão sempre a perguntar se há livros novos”. Ganham hábitos de leitura.

Agora põe-te no lugar do outro

Numa realidade como a que se vive num centro educativo - mais ainda que numa escola - a educação não se cinge à aquisição de conhecimentos. Estão também em causa outros aprendizados essenciais - dos valores às relações interpessoais.

“Eu ponho-os a pensar um bocadinho. Até para eles se conhecerem a si próprios”, diz Palmira Amor. O que passa por atividades em torno de valores, sobre como reagir face a determinadas situações. Um exercício que não é fácil. Tanto mais que, naturalmente, há opiniões diferentes. E muita impulsividade. “A aposta é sempre autodefender-se. Mas depois eu ponho-os a pensar: *agora põe-te no lugar do outro*”.

A educação através dos valores é particularmente valorizada por Adelaide Rodrigues.

“Procuro sempre selecionar textos que mexam com valores. Há pessoas que defendem que a educação aqui devia ser feita através da arte. E eu também concordo. Mas penso - como professora de Português, que trabalho muito com textos - que a educação aqui também devia ser muito feita através dos valores. E procuro sempre selecionar textos que mexam com valores. E que os confrontem. Textos que às vezes até falam de roubos. Por exemplo, dei “O tesouro” de Eça de Queirós - uma série de irmãos que se matam por causa de um tesouro. E eles sabem muito bem, eles conhecem muito bem os valores, eles sabem o que está mal e o que está bem. Depois não sabem é pôr em prática. Mas para eles é muito claro, às vezes até mais claro do que para nós”.

Uma perspetiva partilhada por Carla Teles que, no âmbito da disciplina Aprender com Autonomia, desenvolveu atividades que levassem os alunos a identificar qualidades pessoais, numa perspetiva de reforço positivo, de pensar na sua vida, de mútuo relacionamento.” E um deles disse-me assim: *é mais fácil os defeitos serem apontados por outras pessoas do*

que por nós próprios”.

E depois? Também uma história com arco-íris

Não é possível trabalhar num centro educativo sem se interrogar, sem ter dúvidas quanto à melhor forma de o fazer, sem pensar no “e depois” destas crianças e jovens. Também numa perspetiva do papel da escola.

Para Carla Teles, por exemplo, coloca-se a questão de um acompanhamento adequado. “Temos falta de condições nas escolas. Eles não tinham ninguém que se sentasse ao pé deles, que lhes desse atenção. O tal ensino de proximidade. Que faz todo o sentido. Mas lá fora não temos condições para isso e a perspetiva é piorar, com os mega-agrupamentos”.

Palmira Amor sublinha a importância de uma outra formação de professores. “Às vezes saio daqui - até por uma coisinha ou outra que ouvi deles - e vou a pensar. É verdade - nós somos seres humanos, errar é humano. Eles erraram, estão aqui um ano, dois anos. E como é que é depois? E não tenho maneira de dar solução a este meu pensamento. Há tempos, eu estava a fazer uma atividade, com um aluno, e noto que havia uma certa agitação por trás de mim. Virei-me e ouvi isto: *no dia em que eu sair, o meu será mais bonito*. Fiquei curiosa. Resolvi a questão com o aluno com quem estava a trabalhar e, lentamente, fui tentando perceber o que se passava. E então disseram-me: *a professora não viu - era um arco-íris*. O que o outro miúdo estava a dizer é que, no dia em que ele sair, o arco-íris dele seria mais bonito.

E eu saí daqui a pensar: *que formação é que eu tenho para pegar nisto? E como é que é depois?* “

Adelaide Rodrigues destaca a dimensão social e cidadã. “São crianças muito mal tratadas pela vida. E eu - como professora e como cidadã - não era isto que queria para o meu país. Não queria um país com crianças nestas condições. Não queria ser professora aqui. Queria ser professora deles lá fora. Entretanto, até que ponto esta situação não se vai agravar? Até que ponto a situação atual, este desequilíbrio, a crise, não nos irá trazer mais alunos?” ■



Miguel Reis
Direção do SPGL

Uma multidão voltou a ocupar as ruas de mais de 40 cidades do país para exigir a demissão do governo, o fim da política de austeridade e da missão da *troika*. O dia 2 de março de 2010 inscrever-se-á nos manuais de história - os protestos do dia 12 de março de 2011 (“Geração à Rasca”) e de 15 de setembro de 2012 já tinham conquistado esse direito - principalmente pela dimensão explosiva, espontânea, transversal e massiva com que o povo saiu à rua, à margem do enquadramento sindical ou partidário.

Mas os protestos não são todos iguais e importa sublinhar o que mudou. A manifestação do dia 15 de setembro de 2012, apesar de promovida pelo mesmo movimento informal (“Que se Lixe a Troika”), seguiu-se ao anúncio de medidas de austeridade por parte do Primeiro-Ministro (com especial destaque para a taxa social única), medidas essas que mereceram o repúdio de um vasto leque social e político, da esquerda à direita, abrangendo o próprio Presidente da República, a generalidade dos comentadores televisivos, barões do PSD, o próprio PP, e inclusivamente uma parte do patronato. O mediatismo do 15 de setembro superou claramente o 2 de março, principalmente nos dias que antecederam as respetivas mobilizações. Passos Coelho decidiu não divulgar as novas medidas de austeridade - correspondentes ao corte de 4 mil milhões no Estado Social - antes do dia 2 de março, certamente com receio de uma nova multidão na rua. Passos perdeu a aposta. Não falou mas o povo respondeu na mesma e bem alto.

O sucesso desta mobilização deveu-se a duas grandes razões. A primeira, objetiva, é que existe uma crescente insatisfação com as políticas do governo e da troika que massacram o quotidiano de quase todos. As pessoas não aguentam mais, já perceberam que este caminho é errado, estão fartas de ser pisadas e têm disponibilidade para a

2 MARÇO

O povo ordena a demissão do governo

vir para a rua gritar e exigir a demissão do governo. A segunda, subjetiva, partiu da inteligência e imaginação dos promotores do protesto, que souberam acender o rastilho, mediático mas também social, desde o dia em que, no parlamento, “grandolaram” Passos Coelho, e lançaram a receita para as seguintes aparições públicas de diversos ministros. A “Grândola Vila Morena”, canção cheia de significado político - curiosa aqui a riqueza e versatilidade da cantiga que junta a conotação ideológica de esquerda (“O Povo é quem mais ordena”/ “Em cada rosto igualdade”) à dimensão de símbolo do 25 de Abril e da liberdade política, tornando-a por isso irrecusável até pelo próprio Primeiro-Ministro que lhe não pôde negar o bom gosto - irrompeu pelos noticiários e conseguiu furar o cerco mediático para colocar o 2 de março na agenda, ainda que, naturalmente, de uma forma muito menos ostensiva do que havia sucedido com o dia 15 de setembro do ano passado. Mas o que faltou em mediatização sobrou em vontade de protesto. Dito de outra forma, o rastilho, subjetivamente inventado, revelou-se certo e suficiente perante as condições objetivas de uma população disposta a lutar e até num patamar mais elevado: a maioria do povo quer, sem papas na língua, a demissão do governo e o fim da política de austeridade. O 2 de março trouxe ainda outra mudança muito positiva e que poderá vir a ser

decisiva. Desta vez o movimento sindical não assobiou para o lado e estreitou a sua relação com a natureza destes protestos. Isso foi evidente não apenas na forma como publicamente demonstrou o apoio ao 2 de março - as declarações de Arménio Carlos, antes, durante, e depois, foram inequívocas - como também no próprio terreno, em que muitos ativistas sindicais se empenharam na construção deste dia histórico, com especial destaque para muitos dirigentes do SPGL e do SPN, na organização das Marés da Educação de Lisboa e do Porto. É minha convicção que o alcance e a eficácia da luta social só têm a ganhar com esta aproximação, sem tutelas nem amarras. As Marés, da educação, da saúde, dos reformados, com mais ou menos expressão, tiveram duas grandes virtudes: por um lado sinalizaram claramente a necessidade da defesa do estado social (é na educação, na saúde e na segurança social que o governo e a troika querem cortar ao desbarato) e por outro lado permitiram juntar ativistas, personalidades e diversos profissionais numa luta comum, com laços que podem vir a ser decisivos no futuro (há quanto tempo não víamos estudantes e professores, médicos e enfermeiros, a gritar a uma só voz?). Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Eles comem tudo mas é o povo quem mais ordena e que mais uma vez fez história exigindo a mudança. ■

26 de janeiro de 2013 Mais de 40 mil em defesa da escola pública e da profissão docente



Mais de 40 mil professores e professoras, educadores e educadoras responderam de forma entusiástica ao apelo da FENPROF e, no caso de Lisboa, ao do SPGL.

“Mobilidade especial para quem governa mal”, “terrorismo social enche o bolso ao capital”, “troika e FMI, bandidos, fora daqui”, “se a educação é cara, experimentem a ignorância” ou “matar a educação é destruir a nação” foram algumas das palavras de ordem mais ouvidas pela Avenida da Liberdade.

Nos discursos finais, o secretário-geral da CGTP destacou que as medidas da política do FMI implementadas em países da América Latina e que fracassaram há mais de 30 anos foram agora importadas para a Europa. Roberto Baradel, secretário-geral do maior sindicato de professores da Argentina, o SUTEB, saudou a luta dos docentes portugueses e lembrou a experiência do seu país, o acréscimo de 30% de desemprego e 60% de pobreza e apontou que a solução é “fora ao FMI” e uma política de mais direitos, mais Estado e mais escola pública. Mário Nogueira denunciou a política do MEC, nomeadamente os mega-agrupamentos, a mobilidade especial, a carga horária, o desemprego e a municipalização do ensino, considerando que “quem está a mais não são os professores, são os governantes”.

Semana de Luto e em Luta de 18 a 22 de fevereiro Uma mensagem de confiança no arranque da Semana de Luto e em Luta

Na iniciativa de arranque oficial da Semana de Luto e em Luta - que simbolicamente teve lugar frente ao palácio das Laranjeiras, onde uma delegação da FENPROF foi pedir, com carácter de urgência, uma reunião com o MEC - o presidente do SPGL deixou uma mensagem de confiança.

Numa breve intervenção, António Avelãs sublinhou a necessidade de uma atitude de persistência e confiança e de ideias claras – em defesa da escola pública e da profissão.



Horários dos professores em destaque no encerramento da Semana de Luto e em Luta

A questão dos horários de trabalho dos professores portugueses – abordada por António Avelãs na conferência de imprensa frente ao ME, em Lisboa – foi o tema com que encerrou a Semana de Luto e em Luta promovida pela FENPROF.

Os professores e educadores portugueses trabalham mais horas que a média europeia, a todos os níveis, tanto no que se refere à componente letiva como à presença na escola – afirmou o presidente do SPGL. Dados confirmados em documento da OCDE e que põem em causa o relatório do governo encomendado ao FMI.

Tentar reduzir as despesas na educação



com o agravamento dos horários de trabalho é um crime sem nenhum fundamento, frisou António Avelãs que referiu ainda outros graves problemas das condições de trabalho nas escolas, nomeadamente o aumento do número de turmas por professor e a anulação da componente individual de trabalho.

Denunciando a ausência de um verdadeiro Ministério da Educação e de uma equipa educativa, António Avelãs concluiu sublinhando que os professores não desistem da luta por uma escola digna do processo democrático iniciado em Abril de 74. ■

Jornada de Luta da CGTP 16 de fevereiro



“Todos os dias de fevereiro e de março serão dias de luta dos trabalhadores contra esta política e este governo” foi uma afirmação recorrente de Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP, em todas as declarações que neste dia prestou aos órgãos de comunicação social e que depois concretizou na sua intervenção no final da manifestação que, em Lisboa, ligou o Jardim do Príncipe Real à Praça do Município.

Em todos os distritos do país realizaram-se igualmente manifestações ou concentrações de trabalhadores com a natural participação dos professores. ■

Pela defesa da Contratação Coletiva

Pela publicação de Portarias de Extensão

Departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS

Entre muitas medidas gravosas tomadas pelo atual Governo estão as frequentes alterações legislativas que atingem diretamente os trabalhadores e por consequência as associações sindicais. É neste sentido que desde 2003, no âmbito da matéria relativa ao direito laboral, temos vindo a assistir a um retrocesso social nos direitos e garantias dos trabalhadores.

Neste quadro, destacam-se as convenções coletivas de trabalho, consequentemente a capacidade de contratação coletiva dos trabalhadores através dos seus representantes, os sindicatos.

Assim, decorre do artigo 56º da C.R.P. que compete às associações sindicais a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores através da celebração de convenções coletivas, bem com a eficácia das respetivas normas.

O Estado deve promover a contratação coletiva, de modo que as convenções coletivas sejam aplicáveis ao maior número de trabalhadores e empregadores (artigo 485.º do Código do Trabalho).

As convenções coletivas são instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho que se distinguem em negociais e não negociais, cujo objetivo é a regulação das condições de trabalho e em particular a regulação das especificidades de uma atividade (Acordo Coletivo de Trabalho-A.C.T.), de um setor de atividade (Contrato Coletivo de Trabalho-C.C.T.) ou de uma determinada empresa (Acordo de Empresa A.E.). Os referidos instrumentos são negociais, porque

resultam da negociação entre Associações Sindicais e Associações de Empregadores (C.C.T.) e /ou pluralidade de empregadores (ACT) e exclusivamente um único empregador (A.E.).

É importante salientar que as convenções coletivas de trabalho são fruto de uma progressiva coletivização do direito do trabalho, no qual as condições de trabalho deixaram de ser determinadas por contratos individuais de trabalho, para serem estabelecidas pelos trabalhadores coletivamente.

Por outro lado, as convenções coletivas permitem regular de forma específica e concreta as especiais condições de cada setor de atividade, no que se refere à execução do trabalho, nomeadamente direitos, deveres e garantias das partes, horários de trabalho específicos, tabelas salariais aplicáveis, entre outras matérias que caracterizam uma atividade. Só no que respeita às matérias não constantes das referidas Convenções Coletivas é que se aplicam as normas do Código do Trabalho.

É neste quadro legal que o S.P.G.L. integra a mesa negocial da FENPROF nas negociações das convenções coletivas que se aplicam ao setor de ensino privado, concretamente, os Contratos Coletivos de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo e IPSS e o Acordo Coletivo de Trabalho para as Misericórdias.

Nos instrumentos de regulamentação coletiva não negociais inserem-se as Portarias de Extensão emitidas pelo Governo, que têm como objetivo o alargamento do âmbito da aplicação de uma convenção coletiva de trabalho e, dessa forma, esta passa a aplicar-se aos trabalhadores não sindicalizados na associação sindical ou a empregadores

não filiados numa determinada associação de empregadores outorgantes da referida convenção. Esta extensão limita-se aos empregadores do mesmo setor de atividade económica ou aos trabalhadores da mesma profissão ou de profissão análoga.

Estas portarias de extensão permitem reduzir as desigualdades das relações de trabalho, em que o poder económico do empregador limita e condiciona a autonomia individual do trabalhador.

Os instrumentos de regulamentação coletiva não negociais (Portarias de Extensão) constituem, ainda, uma garantia de equilíbrio e concorrência económica dentro de um determinado setor de atividade.

Todavia, diferente entendimento tem o atual Governo, que aprovou em 10 de outubro passado, por Resolução do Conselho de Ministros, uma alteração das regras de emissão de portarias de extensão, que limita ao mínimo a emissão destas portarias como forma de impedir a aplicação dos Contratos Coletivos a todos os trabalhadores do âmbito de uma determinada Convenção.

Numa altura em que é desferido o maior ataque contra os trabalhadores, pretendendo-se voltar ao tempo da individualização das relações de trabalho, o bloqueio da contratação coletiva é, para aqueles que querem destruir direitos do trabalho em favor do capital, um elemento central.

Assim, a CGTP-*IN* irá apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça, contra a Resolução do Governo que, sobrepondo-se à Lei, condiciona a publicação das portarias de extensão dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, e outra queixa à O.I.T. contra o atropelo que está a ser feito à contratação coletiva em Portugal. ■

SPGL participa em Projeto Internacional

No passado dia 29 de fevereiro realizou-se, em Sófia, o encontro preparatório do Projeto Europeu “*Informação, Consulta e Participação dos representantes dos trabalhadores na Comunidade Europeia*” que, para além da participação do nosso país, conta ainda com os contributos de dirigentes sindicais da Bul-

gária, Polónia, Montenegro, Sérvia, Hungria e Roménia.

Por considerar de extrema importância o projeto proposto pelos camaradas da Bulgária, a Comissão Executiva do nosso Sindicato decidiu participar, constituindo uma equipa composta de três elementos, que desenvolverão um conjunto de ações, no sentido de estabelecer pontes entre as propostas decorrentes do debate europeu e dos debates nacionais sobre a matéria em estudo.

Em representação do SPGL, esteve a Coordena-

dora do Projeto e membro da Comissão Executiva, Vanda Lima e Silva, que apresentou uma comunicação sobre as políticas educativas em Portugal, caracterizando a situação atual e o incumprimento da negociação coletiva bem como as implicações das medidas implementadas pelo governo, nos últimos anos, na Escola Pública.

Desta participação iremos dando ecos por considerarmos que esta é uma matéria de extremo interesse para os professores. ■

Sistemas de ensino europeus: o desafio da igualdade de oportunidades

Educação para a cidadania e não apenas para a economia



Educação para a cidadania e não apenas para a economia – esta uma ideia-chave que perpassou as várias intervenções no debate sobre “Sistemas de ensino europeus – o desafio da igualdade de oportunidades”, promovido pela FENPROF, dia 28 de fevereiro, em Lisboa.

O encontro desdobrou-se em dois momentos fundamentais. Um primeiro em torno do sistema educativo alemão e do sistema dual, com Barbara Geier, do GWE (organização sindical dos docentes alemães), e António Nabarrete, do SPGL. A que se seguiu um outro momento, tendo como temas a “Organização pedagógica e curricular da escola básica comum – diversificação versus diferenciação” e “Educação profissional em Portugal e na Europa – diversidade de sistemas e modelos”, com intervenções de Fátima Antunes, do Instituto de Educação da Universidade do Minho e Natália Alves, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Na sua explanação Barbara Geier deu uma ideia da história do sistema dual alemão, das suas características (que

não são uniformes, já que a Alemanha é uma federação e a educação é da responsabilidade de cada Estado) e das mudanças em curso (salientando-se o caso especial de Hamburgo). E destacou, nomeadamente, a precocidade de definição do percurso escolar. “Com 10 anos de idade, decide-se o caminho de cada um”.

Entretanto, neste “sistema iníquo mas em plena mudança”, como o definiu António Nabarrete, são de assinalar algumas evoluções significativas. É o caso dos estágios (diferenciados e de curta duração) em empresas, que permitem aos alunos conhecer o mundo do trabalho e fazer as suas opções. Ou ainda a importância do papel dos sindicatos, que esclarecem os jovens sobre os seus direitos e negociam contratos coletivos para jovens aprendizes (que têm representação sindical).

Explicitando o que representa, na prática, o sistema dual, vale a pena reproduzir aqui um breve trecho do artigo de Nabarrete na EI de janeiro de 2013: “O sistema dual é uma larguíssima plataforma de profissionalização dos jovens alemães que funciona em paralelo com o diversificado sistema formal de educação. Tanto abre largos horizontes, sociais e económicos, a quadros não superiores altamente qualificados, como condena os menos preparados a

uma via profissional estreitíssima e altamente condicionada”.

Copiar modelos “é a coisa pior que se pode fazer”, sublinhou Nabarrete no debate, defendendo que “o que nós queremos é um ensino profissional de qualidade, seguir vias por opção (a ligação às empresas, com estágios curtos, pode ser importante), formação ao longo da vida”. Sobretudo, “temos a experiência do 25 de abril”, a grande aposta na igualdade de oportunidades. Na verdade, é o próprio conceito de escola que está em causa, e quem determina as transformações.

“Uma discussão que temos que fazer”, como disse Nabarrete. E que terá que passar, naturalmente, pela valorização do papel insubstituível da escola como foco criador de igualdade de oportunidades, sem esquecer que esta não se pode alhear do mundo social, económico e político à sua volta. Trata-se de formar cidadãos em contacto com a comunidade, como foi sublinhado, nomeadamente por António Avelãs.

Diversificação v. diferenciação e diversidade de sistemas e modelos

Diversificação curricular ou diferenciação pedagógica? Toda a interven-

ção de Fátima Antunes se centrou na abordagem destas duas práticas alternativas à dicotomia uniformização/sectorização.

Partindo de uma definição sucinta de ambas as opções e considerando a diversificação curricular como uma resposta direcionada a certas categorias de público, a docente da Universidade do Minho defendeu a diferenciação pedagógica como aposta na democratização.

Nenhuma das opções é única e homogénea. E há diferentes posicionamentos de alunos e professores face a ambas as opções.

Fátima Antunes valoriza, entretanto, a diferenciação pedagógica, por apostar em objetivos e resultados comuns, diferenciando caminhos. Define – como pilares desta prática: o envolvimento e cooperação; a capacitação (transição entre ciclos, dispositivos de aprendizagem flexíveis); mediação; qualidade democrática.

“Precisamos de mais sociedade para a educação”, concluiu, citando Nóvoa.

A diversidade de sistemas e modelos na educação profissional coloca diretamente a questão de – que ligação entre o universo escolar e o mundo económico?

Começando por assinalar a preocupante tentativa de crescente profissionalização ao nível do ensino básico, Natália Alves esboçou uma breve síntese das tendências de evolução dos sistemas educativos europeus.

Em meados de 2000, assiste-se a uma tentativa crescente de (hiper)especialização da oferta de cursos ao nível do ensino secundário (numa via de certificação reducionista e confinada).

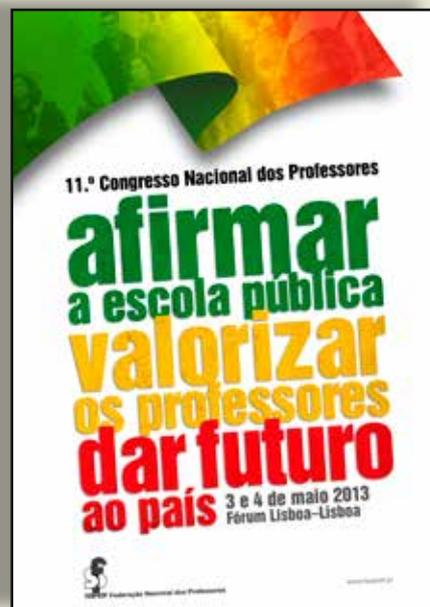
É essa evolução que Natália Alves contesta. A diversificação curricular no ensino básico “não corresponde, antes pelo contrário, à valorização profissional”, na medida em que há uma estigmatização destas ofertas, mais ainda quando ligadas ao insucesso escolar.

Coloca-se assim a questão do *sentido* das aprendizagens. De respostas que assumam uma perspetiva pedagógica e conjuguem – sem associar grupos fixos de alunos – componentes culturais, profissionais, artísticas, de expressão. ■

11º CONGRESSO DA FENPROF

Estão já a decorrer as iniciativas que corporizam a participação do SPGL no 11º Congresso Nacional dos Professores, que decorrerá em Lisboa nos próximos dias 3 e 4 de maio.

Chama-se a atenção para os processos de eleição dos delegados que decorrerá até 19 de abril. A formação dos conjuntos de escolas para esse efeito, bem como os regulamentos de eleição dos aposentados, desempregados e sócios fora de zona podem ser consultados em www.spgl.pt. As propostas de ação – textos abertos à discussão – podem ser também aí consultados, bem como no sítio da FENPROF e no JF. Podem ainda ser consultados nos mesmos sítios e jornais os regulamentos de funcionamento e eleitoral, bem como as propostas de alteração aos estatutos da federação. ■



SPGL assinala Dia Internacional da Mulher com lançamento de concurso para as escolas



A CIMH do SPGL (Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens) assinala o Dia Internacional da Mulher com o lançamento de um concurso “Escrita de Histórias” sob a **temática da igualdade de género**. Este concurso dirige-se a crianças e jovens

do pré-escolar, 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário de todas as escolas da área do SPGL.

Os objetivos do concurso são: a promoção da escrita criativa de histórias; a desconstrução de estereótipos de género; a promoção de práticas de igualdade de género e a edição das histórias selecionadas.

Com esta iniciativa pretende-se, ainda, que a temática da igualdade de género seja trabalhada nas escolas, através da pesquisa, da análise e da produção de materiais.

O lançamento do concurso decorreu dia 8 de março, na EB 2,3 Lindley Cintra, em Lisboa.

O regulamento do concurso poderá ser consultado no site do SPGL. ■

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

RESISTIR É LUTAR!

Há tempos de conquistas na história dos povos. Em 1974, os Portugueses viveram um desses momentos em que as conquistas alcançadas ficaram consubstanciadas na Constituição da República Portuguesa (CRP).

Vivemos, agora, um momento de resistência. Acreditamos que se resistirmos com persistência e em unidade poderemos inviabilizar o projeto deste governo – PSD/CDS – que consiste na destruição das Funções Sociais do Estado.

É neste contexto, que o Movimento Sindical Unitário tem agido não só com ações de rua mas também com outras intervenções que passamos a enunciar:

Inter-Reformados (IR) entrega uma petição na AR dia 19 de setembro de 2012

No “ANO EUROPEU DO ENVELHECIMENTO ACTIVO” voltámos a fazer ouvir a nosso protesto contra esta política de “roubo” e injustiça de que estamos a ser vítimas - Congelamento das pensões desde 2010 - O roubo nos subsídios de férias e de Natal em 2012 e anos seguintes - Agravamento da taxa de IRS - Aumento das taxas do IVA em bens essenciais como alimentação, eletricidade e gás - Aumento das tarifas dos transportes públicos (entre 5,5% e 21,3%) e supressão de carreiras - Corte do desconto de 50% nos Passes Sociais aos reformados com mais de 65 anos - Aumento para mais do dobro das taxas moderadoras do S.N.S e encerramento de serviços de proximidade - Ataque à Segurança Social. Para além da resolução das questões enunciadas também se propôs o aumento mínimo de 25€ para as pensões mínimas e de 5% para as restantes pensões. Aguardamos que a AR marque o seu debate público.

<http://www.cgtp.pt/inter-reformados/2822-peticao-a-assembleia-da-republica>

Queixa da IR/CGTP, ao Provedor de Justiça, a 23-10-2012

Porque “...o sistema de protecção social que abrange os trabalhadores por conta de

outrem é um sistema contributivo, com característica de seguro social, dominado pelo princípio da contributividade, no âmbito do qual estabelece uma relação sinalagmática entre os cidadãos e o Estado, em que os cidadãos contribuem com determinada parte do seu salário para o sistema e, em troca, o Estado se compromete a garantir-lhes, no futuro e no caso da velhice, uma pensão com determinado valor correspondente das contribuições realizadas ao longo da vida activa”... “é indubitável que, nomeadamente, ao suspender ou reduzir os pagamentos do 13º e 14º mês e ao baixar o valor das pensões, o Estado está a violar unilateralmente esta relação sinalagmática estabelecida com os cidadãos, ou seja está a quebrar o contrato que os vincula, o que é completamente inaceitável, quando de acordo com um dos princípios fundamentais do direito, os contratos são para cumprir pontualmente.”

Assim, a IR/CGTP-IN solicitou através desta queixa que o Senhor Provedor de Justiça apreciasse as razões apresentadas e tomasse as medidas que considerasse adequadas.

<http://www.cgtp.pt/images/imagens/2013/02/respostaprovedor.pdf>

O **Provedor de Justiça** no uso das suas competências requereu ao Tribunal Constitucional “que aprecie e declare, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 77.º e 78.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), por violação dos artigos 2.º e 13.º da Constituição”.

http://www.cgtp.pt/images/imagens/2013/02/OE2013_TCpedido.pdf

Também neste âmbito a **Frente Comum** remeteu a todos os grupos parlamentares um alerta sobre diversas inconstitucionalidades na proposta de OE 2013, nomeadamente quanto à suspensão do pagamento do subsídio de férias para 2013, às alterações ao IRS, à redução Remuneratória e a outros pontos críticos.

http://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_135/Cat_444/Ancxos/JF_OutNov2012_262.pdf

Os Sindicatos da FENPROF, um a um, apresentaram ações condenatórias comuns, sob a forma ordinária, para efetivar a responsabilidade civil, por erro judiciário,

quanto ao não pagamento dos subsídios de férias e de Natal em 2012, tendo em conta a decisão do Tribunal Constitucional que já tinha considerado este pagamento inconstitucional.

De acordo com a argumentação apresentada “apura-se que se verificam danos decorrentes do exercício da função jurisdicional, por erro judiciário, o que origina a obrigação de indemnizar”, já que os subsídios vencidos após a decisão de inconstitucionalidade não são abrangidos pela exceção invocada pelo TC, que sustenta o não pagamento por necessidades conjunturais e económicas do país. Porém, tal decisão não anula a outra, mais relevante, que obriga à rescisão da decisão tomada pelo governo por considerá-la inconstitucional, com força obrigatória.

http://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_135/Cat_446/Ancxos/JF_Dez2012_263.pdf

A 15 de fevereiro de 2013 a CGTP-IN apresenta queixa fundamentada à OIT contra o Estado Português.

O conjunto de legislação aplicável ao Código do Trabalho e os orçamentos para os anos 2011, 2012 e 2013, onde se incluem os 13º e 14º meses, violam diversas convenções da OIT (n.ºs 87, 98 e 151).

<http://www.cgtp.pt/comunicacao/comunicacao-sindical/6010-queixa-a-oit-contrao-estado1>

http://www.cgtp.pt/images/imagens/2013/02/QUEIXAOIT_2_.pdf

Por tudo isto, não podemos desistir de lutar pelos nossos direitos.

Continuamos a contar com a vossa presença nas ações de luta, pois são os sindicatos, os trabalhadores no ativo e os trabalhadores aposentados que a fazem!

Jornadas Pedagógicas

Direção Regional de Lisboa, 2013

Estão a decorrer as Jornadas Pedagógicas da Direção Regional de Lisboa. Registamos um breve apontamento das últimas realizadas.

Têm tido bastante adesão por parte dos(as) nossos(as) sócios(as), nomeadamente a Ação “Escrita Criativa” dinamizada pela Margarida Fonseca Santos. Aqui fica um registo de uma amostra do que se passou nesta ação:

“O 1º Ministro disse ao nº 2 que calculam quem seja?
 Pois, é aquele que nos tira 3, 4, 5, 6 x... o que ganhamos, o Gaspar é o 7º sovina, ou será o 8º??!! Sei lá... eles são tantos... E o 9º é aquele que está em Belém o pobrezito, ganha pouco... e o 10º sei lá... Ah é o do BPN que tirou ao 9º que vivia ao fundo da Rua no 8º prédio, e disse adeus ao 7º, o que fugiu a rir com o dinheiro sabe-se lá para onde... e o 6º? É aquele que deixou de estudar, porque não pode pagar as propinas e o 5º e o 4º e o 3º e o 2º são todos aqueles que dificilmente chegam ao fim do mês com dinheiro. E o 1º?? É aquele por onde a triste história começa.”

(texto de Aldina Vouga)

A Ação/Visita “Rota Histórica das Linhas de Torres” envolveu o Centro de Interpretação das Linhas de Torres e o Museu Municipal de Torres Vedras, organismos aos quais não podemos deixar de prestar aqui o nosso agradecimento nas pessoas dos técnicos que nos acompanharam, quer pela forma-



Foto: SPGL



Foto: SPGL

ção exaustiva e de qualidade que nos presertaram, quer ainda pela disponibilidade que tiveram mesmo sendo um sábado.

Da Ação/Visita “Fundação José Saramago e o espaço envolvente” salientamos os aspetos relacionados



quer com a obra e vida do nosso Nobel de literatura, cuja informação tornou mais rico quem a frequentou, quer o meio envolvente, com a explicação da nossa colega Inez Marques.

A Ação/Visita “Projeto Rios” tem nova data, 18 de maio.

O Grupo das Jornadas Pedagógicas

“Se não levarmos a cabo o sobre-humano, estamos perdidos...” Brecht



Foto: Jorge Caria

A 18 de janeiro, ao final do dia, o Paulo Ambrósio deixava-nos depois de uma luta incansável contra a leucemia que o consumiu e acabou por levar!

Lutador, teimoso e polémico, ficou reconhecido pela sua tenacidade, muitas vezes, pela radicalidade com que exigia a construção de planos de luta, bem como os caminhos a percorrer até se atingirem os objetivos traçados.

Conheci-o na luta pela consagração do direito ao subsídio de desemprego. Recordo que com ele, apesar das nossas diferenças políticas, acampeei em frente ao Ministério da Educação, numa noite de dezembro em que chovia imenso, com ele encerrei Centros de Emprego a cadeado... mas conseguimos, e em abril de 2001, os docentes passaram a ter direito à proteção em situação de desemprego!

Mas as lutas continuaram e, quando a legislação de concursos atirou para o desemprego todos os que não fossem profissionalizados, urgiu fazer pressão, abrir caminho à solução e, conseguimos que a maior parte destes professores concretizassem a sua profissionalização, ou através do ME ou pela Universidade Aberta. Depois, foi o direito ao pagamento da caducidade de contrato... sempre que ia para a rua encontrávamo-nos, ou no mesmo pano, ou lado a lado, contra quem esmaga e asfixia os direitos de quem trabalha!

Fizemos esse caminho, mas sempre com o Paulo Ambrósio a lembrar que a questão de fundo, a que era importante mesmo, era a vinculação dinâmica de acordo com o que está legislado para todos os trabalhadores! Como tu tinhas razão! Partiste com 49 anos de idade, profissionalizado, com quase duas décadas de trabalho, mas desempregado! Nunca te respeitaram no direito que assiste a quem deu toda a sua juventude, os seus melhores anos à Escola Pública e que portanto merecia o lugar num quadro, merecia a estabilidade profissional!

E como dizia o poema de Brecht, que tu escolheste para partilhares connosco no adeus:

“Se não pudermos fazer o que ninguém De nós pode exigir, afundar-nos-emos. Os nossos inimigos só esperam que nós nos cansemos!”

Enquanto te lembrarmos, não ouvirás dizer que estamos cansados! Até sempre camarada!

Deolinda Martin



Carmelinda Pereira
e outros 230 subscritores

Frente Unida Para Salvar a Escola Pública

Proposta de moção ao Congresso da FENPROF

Será a mobilização de toda a população, em unidade com as suas organizações, que imporá a demissão do Governo e a ruptura com o Memorando da Troika, abrindo caminho para a constituição de um Governo que adopte um programa de reconstrução nacional. E será neste processo que a Escola democrática e de qualidade, começada a construir com o 25 de Abril, poderá voltar a retomar o que já perdeu.

Se alguém tivesse dúvidas sobre a vontade de toda a gente exigir esta viragem, um milhão e meio de pessoas nas ruas das principais cidades do país, no dia 2 de Março, não podia constituir uma resposta mais clara. Nas manifestações de Lisboa, a faixa do SPGL deu um primeiro sinal daquilo que Mário Nogueira expressou na manifestação dos professores de 26 de Janeiro. “*Estamos prontos a vir para a rua, a lutar com todos os cidadãos*”.

Nós pensamos que é necessário ainda mais: é necessário ajudar a organizar. É necessário que as Direcções sindicais assumam o seu papel de unir e centralizar a mobilização de toda a população, até à retirada dos planos de destruição.

Foi esta convicção que nos

fez elaborar uma Moção, como “adenda ao programa de acção” a ser aprovado no congresso da FENPROF. Com ela, fomos a algumas escolas dos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais. E, assim, a moção recolheu o apoio de duzentos e trinta colegas sindicalizados, ligados à FENPROF. Publicamo-la na revista *Escola Informação*, pois o regulamento do Congresso da FENPROF não contempla a figura de “adenda”; contempla apenas “planos de acção”.

Moção para ser apresentada no XI Congresso da FENPROF Frente unida para salvar a Escola Pública e todas as conquistas de Abril

Os professores abaixo assinados propõem que os delegados ao XI Congresso aprovem a seguinte moção, como adenda ao Plano de Acção da FENPROF: «*Considerando que, mais do que nunca, é necessário afirmar que a Escola Pública portuguesa, naturalmente com muitas falhas, é uma das maiores conquistas do 25 de Abril. Ela é o resultado do empenhamento de várias gerações de professores que, aproveitando as condições favoráveis dadas pela imensa*

energia da maioria do povo português e partilhando com ele a vontade de fazer sair o nosso país do obscurantismo, da pobreza e da subserviência, criaram uma Escola democrática – aberta a todas as crianças e jovens, uma Escola cujos resultados são apreciados internacionalmente. Note-mos, por exemplo, como são avaliados os professores portugueses, na sua relação pedagógica.

Considerando que é um imperativo civilizacional não permitir o desmantelamento de tão formidável conquista, uma tarefa que não cabe apenas aos professores. O Congresso da FENPROF faz suas as palavras de Mário Nogueira, na manifestação de 26 de Janeiro, depois de ter denunciado o ataque monstruoso à Escola Pública – personalizado nos professores, educadores e investigadores – e também a forma como o mesmo se reflecte na vida dos docentes do ensino privado:

“Estamos disponíveis para vir para a rua com todos os cidadãos.

Dirigimo-nos a todas as outras organizações da Plataforma sindical dos Professores: Vocês fazem falta, porque todos somos poucos para combater esta política.”

O Congresso reforça este apelo, dirigindo-se directamente às Direcções dos

sindicatos do sector do ensino ligados à UGT, e espera que o Conselho Nacional da CGTP, em uníssono com a FENPROF, se dirija a todos os outros sindicatos, quer da UGT quer independentes, e se dirija às CTs, especialmente a todos quantos convocaram com a CGTP a jornada de greve geral de 14 de Novembro de 2012, para que encontrem a maneira de realizar uma reunião nacional, com um único ponto na ordem de trabalhos:

Apelo a todo o povo trabalhador português para entrar em mobilização permanente até à retirada do Orçamento do Estado para 2013 e do Relatório feito com o FMI – que visa cortar 4 mil milhões de euros na Escola Pública, no Serviço Nacional de Saúde, na Segurança Social e nas pensões dos portugueses –, para serem anuladas as medidas de destruição dos direitos laborais, nomeadamente o corte no subsídio de desemprego, e retirado o plano de privatização de sectores estratégicos imprescindíveis à reconstrução de Portugal.» ■

Os primeiros signatários da Moção: Isabel Guerreiro / Carmelinda Pereira / Isabel Pires / Adélia Gomes / Rosário Rego / Joaquim Pagarete / Fernanda Magda Silva

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direcção: direcao@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
●Parede
Trav. Rocha Martins, F – L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493 E-
-Mail: abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 24333627 E-
-Mail: santarem@spgl.pt
●Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A 2300-
460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Cursos de Informática

Curso de Iniciação à Informática	Curso de Continuação à Iniciação Informática
<p>1 – OBJETIVOS 1.1 - OBJETIVOS GERAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada. Proporcionar aos participantes um curso de informática que desmistifique o computador como máquina complexa, apresentando-o como ferramenta facilitadora, objeto de lazer, comunicação e aproximação social; Desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando <i>software</i> de formatação de texto (Word2003), browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail), <p>1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Na ótica do utilizador, o formador deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar genericamente as componentes de um computador e o seu sistema operativo; Diferenciar programas e documentos; Reconhecer e aplicar as potencialidades fundamentais dos softwares <i>Word, Internet Explorer e Gmail</i>; 	<p>1 – OBJETIVOS 1.1 - OBJETIVOS GERAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada. Continuar a desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando <i>software</i> de formatação de texto (Word2003), software de música e vídeo (Windows Media Player) browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail), redes sociais (Facebook), blog (Blogger), uso de ferramentas de armazenamento externo (pen), alojamento de imagens (Picasa). <p>1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Na ótica do utilizador, o formador deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> Diferenciar programas e documentos; Reconhecer e aplicar as potencialidades fundamentais dos softwares <i>Word, Internet Explorer, Gmail e Windows Media Player</i>; Identificar e explorar contas interativas da <i>Facebook, Blogger e Picasa</i>; Manusear ferramentas de armazenamento externo, i.e.:Pen
<p>2 - DESTINATÁRIOS: Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no ativo, sem ou com pouco domínio na área da informática.</p> <p>3 – DURAÇÃO – 24h A ação decorrerá ao longo de 8 sessões, cada uma das sessões de 3h, perfazendo um total de 24h de formação.</p> <p>4 - ORGANIZAÇÃO: 4.1 – LOCAL A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3, Lisboa.</p> <p>4.2 – DATAS Terá início no dia 14 de maio e termina no dia 6 de junho, às terças e quintas-feiras. maio - 14,16,21,23,28,30 junho – 4,6</p> <p>4.3 - HORÁRIO Das 14h30 às 17h30</p> <p>5 - CUSTOS Sócios do SPGL e FENPROF - 20 , sindicatos do MSU -25 Não sócios - 80</p> <p>6 – INSCRIÇÕES até 30 de abril (limite 18 formandos)</p>	<p>2 - DESTINATÁRIOS: Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no ativo com domínio técnico primário na área de informática.</p> <p>3 – DURAÇÃO – 30h A ação decorrerá ao longo de 10 sessões de 3h cada, perfazendo um total de 30h de formação.</p> <p>4 - ORGANIZAÇÃO: 4.1 – LOCAL A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3, Lisboa.</p> <p>4.2 – DATAS Terá início no dia 13 de maio e termina no dia 19 de junho, às segundas e quartas-feiras. maio –13,15,20,22,27,29 junho – 3,5,17,19</p> <p>4.3 - HORÁRIO Das 14h30 às 17h30</p> <p>5 - CUSTOS Sócios do SPGL e FENPROF-25 , sindicatos do MSU – 30 Não sócios -85</p> <p>6- INSCRIÇÕES até 30 de abril (limite 18 Formandos)</p>

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Ficha de Inscrição

CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

CURSO DE CONTINUAÇÃO À INICIAÇÃO INFORMÁTICA

Nome: _____ NºSócio: _____/Sind. _____

Morada: _____

Tel: _____ Telem _____ Email: _____

Pagamento da inscrição: Cheque nº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo cheque, deverá ser enviada **até 30 de abril** para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Para a frequência do curso **apenas serão informados os professores seleccionados.**

Curso de conversação de Língua Inglesa



Formador: Dr. Raul Lourenço

1 - OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade do desenvolvimento do conhecimento da língua inglesa, com especial incidência na conversação sobre temas do quotidiano e questões que possam colocar-se a um viajante.

2 - DESTINATÁRIOS

Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no ativo com conhecimentos da língua inglesa.

3 - DURAÇÃO

A ação decorrerá ao longo de 15 sessões, de 2h cada, perfazendo um total de 30h de formação.

4 - ORGANIZAÇÃO

4.1 - LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida, nº 3, Lisboa.

4.2 - DATAS

Terá início no dia 16 de abril, às terças e quintas-feiras. Haverá interrupção nos dias feriados ou se coincidentes com outras atividades, programadas pelo Departamento, sem prejuízo do número total de horas.

4.3 - HORÁRIO

Das 14.30h às 16h30

5 - CUSTOS

Sócios - 25

Não sócios - 80

6 - INSCRIÇÕES até 8 de abril (limite 20 formandos)



Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
Departamento de Professores e Educadores aposentados

Comemorações 25 de Abril

**19 DE ABRIL
FORTALEZA DE PENICHE**

**21.30h
Capela de Santa Bárbara
Francisco Fanhais
Poemas cantados**

Entradas gratuitas
Colaboração da Câmara Municipal
de Peniche

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Ficha de Inscrição

Curso de conversação de Língua Inglesa

Nome: _____ N.º Sócio: _____

Morada: _____ Tel: _____

Telm: _____ Email: _____

Pagamento: Chequenº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo cheque, deverá ser enviada **até 08 de abril**, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Para a frequência do curso **apenas serão contactados os professores selecionados.**

Nota 3: Para esclarecimentos poderá contactar o Tel. 934230447

Legislação

- **Lei 66/2012, 31/12**

Procede à alteração de vários diplomas, determinando a aplicação do regime de feriados e do Estatuto Trabalhador Estudante, previsto no Código de Trabalho, aos trabalhadores que exerçam funções públicas.

- **Lei 66-B/2012, 31/12**

Orçamento de Estado para 2013-02-25

- **Portaria 432-A/2012, 31/12**

Atualiza para 2013 as pensões mínimas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.

- **Despacho 95-A/2013, 3/1**

Procedimento excecional adaptado de avaliação e certificação dos manuais escolares adotados e em utilização do calendário de adoção de manuais escolares para o ano letivo 2013/14.

- **D.L. 3/2013, 10/1**

Determina que, durante o ano de 2013, o pagamento adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência atribuídas pelo sistema da Segurança Social, referente ao mês de dezembro, relativamente aos pensionistas cuja soma das pensões seja igual ou superior a 600 €, e do subsídio de Natal dos aposentados, reformados e demais pensionistas da CGA, seja efetuado em duodécimos.

- **Lei 12/2013, 10/1**

Estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

- **Despacho 796-B/2013, 14/1**

Aprova as Tabelas de retenção na fonte para o ano de 2013.

- **Portaria 15/2013, 15/1**

Define regimes de exceção no sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente consagrado no ECD.

- **Despacho 866/2013, 16/1**

Clarifica os princípios e critérios que devem estar presentes na graduação dos candidatos da educação especial.

- **Despacho 867/2013, 16/1**

Formação profissional oferecida pela Universidade Católica aos docentes em 2012/13 do ensino profissional.

- **D. L. 7/2013, 17/1**

Estabelece um regime excecional para seleção e o recrutamento do pessoal docente.

- **Declaração de retificação 6/2013, 30/1**

Retifica o D.L. 7/2013, que estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente.

- **Despacho 2162-A/2013, 5/2**

Estabelece o calendário de exames nacionais para o ano de 2013.



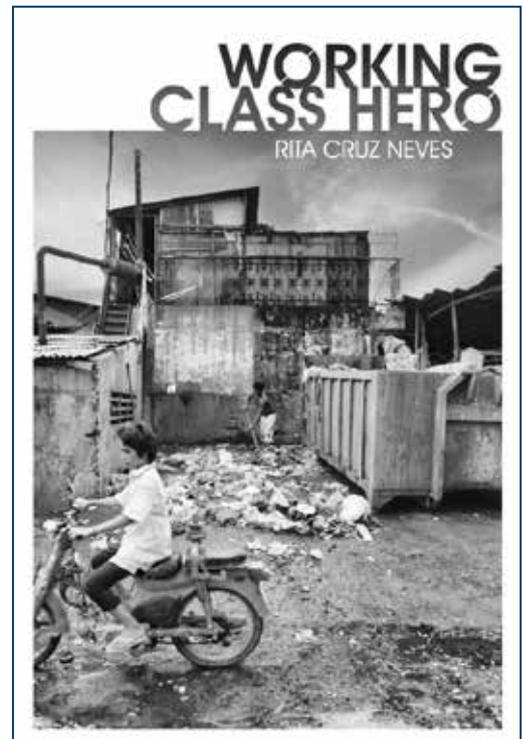
WORKING CLASS HERO

É o título da exposição de fotografia de Rita Cruz que pode ser apreciada no Espaço António Borges Coelho na sede do SPGL.

O herói de que nos falam as excelentes fotografias é o povo o mais anónimo possível. O povo esmagado, triste e descrente para quem o trabalho não é a fonte de realização humana e pessoal, elemento libertador, mas, pelo contrário, uma exigência para a mais elementar sobrevivência. O herói não trabalha nas grandes fábricas, não viaja em sputniks, não imagina o que seja um acelerador de partículas. Para ele, o trabalho é a sobrevivência solitária, em pequenos espaços de pequenas reparações, de venda de artesanato, de legumes; de ferro velho. Em vez de supermercados temos lixeiras e espaços tristes, desolados, sujos.

Gente triste, sem esperança. Esmagada. Como os pequenos comerciantes dos nossos bairros, das nossas feiras, dos pequenos agricultores, das regressadas retorsarias e elementares máquinas de costura. A revolução dir-lhes-á alguma coisa? E contudo é para eles que, antes de tudo o mais, ela é necessária. Resgatar o trabalho, resgatar as pes-

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA



soas. "Não somos descartáveis" grita uma das fotos. A única que revela esperança e luta. Um grito de esperança na beleza doentia do cansaço.

A ver com urgência. A pensar com serenidade. Working class. Hero. ■

António Avelãs

DE 11 DE MARÇO A 2 DE ABRIL DE 2013
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
ESPAÇO ANTÓNIO BORGES COELHO

Teatro Municipal de Almada

UM DIA OS RÉUS SERÃO VOCÊS: O JULGAMENTO DE ÁLVARO CUNHAL

TEATRO Criação

Encenação de **Rodrigo Francisco**



SALA PRINCIPAL

de 25 a 28 de ABRIL

de QUI a SÁB às 21H30, DOM às 16H00

Efeitos das faltas por doença Alteração do regime

O artigo 19º da Lei n 59/2008, de 11 de setembro, determinou que os trabalhadores que exercem funções públicas abrangidos pelo regime de proteção social convergente mantêm-se sujeitos, até à respetiva regulamentação, às normas que lhes eram aplicáveis à data da entrada em vigor da referida lei, designadamente as referentes – “... à manutenção do direito à remuneração justificada, **verificação e efeitos das faltas por doença** e por maternidade, paternidade e adoção”.

Isto significa que, não tendo sido ainda publicada a regulamentação do referido regime de proteção social convergente se continua a aplicar, ao universo de docentes que pelo mesmo se encontram abrangidos, o quadro legal contido no artigo 29º do D.L. nº 100/99, de 31 de março, em matéria de descontos decorrentes das faltas por motivo de doença.

A razão que justifica a presente abordagem decorre do facto de tal quadro legal ter sido objeto de alteração pelo artigo 76º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013.

Na anterior redação do citado preceito legal, as faltas por doença apenas determinavam a perda do vencimento de exercício nos primeiros 30 dias de ausência, seguidos ou interpolados, em cada ano civil. Com a alteração legislativa ocorrida constata-se um manifesto agravamento do regime de efeitos das faltas em questão.

Na verdade, a partir de janeiro de 2013, o docente que faltar por motivo de doença passa a perder a totalidade da respetiva remuneração nos primeiros 3 dias (1, 2 ou 3 dias), seguidos ou interpolados.

No caso da incapacidade se prolongar para além dos 3 dias, à referida perda total de remuneração acrescerá outra perda de 10% da remuneração base diária, a partir do 4º dia e até ao máximo de 30 dias de ausência ou seja, nos 27 dias restantes. Assim, a última perda de remuneração depende sempre da prévia ocorrência dos referidos 3 dias sucessivos e não interpolados de incapacidade do docente. No caso desta situação se prolongar para além dos 30

dias, o docente passa a receber a remuneração base por inteiro, a partir do 31º dia.

O legislador veio ainda determinar que a contagem dos períodos de 3 e de 27 dias de ausência por doença é interrompida sempre que se verifique a retoma da prestação de trabalho, o que significa que tal retoma tem como consequência o início da contagem dos referidos períodos numa posterior situação de faltas da mesma natureza.

Dispõe ainda o preceito legal alterado que a perda da remuneração base diária, nos 3 primeiros dias de incapacidade temporária, não se aplica nas situações de “... internamento hospitalar, faltas por motivo de cirurgia ambulatoria, doença por tuberculose e doença com início no decurso do período de atribuição do subsídio parental que ultrapasse o termo deste período”.

O regime de desconto na antiguidade, para efeitos de carreira e para efeitos de subsídio de refeição, previsto na anterior redação do artigo 29º do D.L. nº 100/99, não foi alvo de qualquer alteração o que significa que, no primeiro caso, as faltas por doença continuam a descontar quando ultrapassem 30 dias seguidos ou interpolados em cada ano civil e, no segundo caso, que tais faltas implicam sempre a perda do referido subsídio.

Refira-se ainda que o legislador excecionou os portadores de deficiência deste novo regime de descontos decorrente das faltas por doença, mas apenas quando estas faltas decorram da respetiva incapacidade.

Finalmente, é importante frisar que, com a alteração legislativa ocorrida, deixou de ser possível aos trabalhadores em funções públicas beneficiarem da recuperação do vencimento perdido prevista na anterior redação do preceito legal em análise.

Tendo em conta a natureza da questão em apreço, relembro que, em caso de dúvida e com vista a esclarecimentos adicionais sobre a mesma, deverão os docentes dirigir-se aos serviços de Apoio a Sócios do SPGL. ■



ctt correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 577798

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 0001726153GRIC
PODE ABRIRE-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

SE NÃO NOS DEIXAM!
SONHAR
NÃO OS DEIXAREMOS
DORMIR

SPGL - Rua Fialho de Almeida, nº 3
1070 - 128 LISBOA

Não deixaremos
o 25 de abril morrer!

25 de abril de 2013

